

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	18
DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	153
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	156
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	160
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	162

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	27.064
Preferenciais	27.064
Total	54.128

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	1.111.403.359	1.062.440.368
1.01	Ativo Circulante	984.798.175	975.112.903
1.01.01	Disponibilidades	11.825.127	14.352.187
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	121.762.369	112.661.785
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	258.164.064	212.523.607
1.01.06	Operações de Crédito	314.495.499	313.056.125
1.01.08	Outros Créditos	7.862.111	43.148.689
1.01.09	Outros Valores e Bens	270.689.005	279.370.510
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.238.065	0
1.02.07	Outros Créditos	39.238.065	0
1.03	Ativo Permanente	87.367.119	87.327.465
1.03.01	Investimentos	75.364.556	75.300.048
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	75.360.938	75.296.430
1.03.01.04	Outros Investimentos	3.618	3.618
1.03.02	Imobilizado de Uso	5.556.071	5.712.275
1.03.04	Intangível	6.446.492	6.315.142

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	1.111.403.359	1.062.440.368
2.01	Passivo Circulante	1.027.412.460	980.474.763
2.01.01	Depósitos	441.323.429	421.913.140
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	123.293.531	116.968.926
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	168.032.808	147.875.535
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	76.740.671	67.675.096
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	13.132.934	13.970.462
2.01.09	Outras Obrigações	204.889.087	212.071.604
2.05	Patrimônio Líquido	83.990.899	81.965.605
2.05.01	Capital Social Realizado	55.000.000	55.000.000
2.05.02	Reservas de Capital	-622.878	-783.002
2.05.04	Reservas de Lucro	32.301.225	32.253.028
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-3.670.472	-4.504.421
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	983.024	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	19.142.775	42.873.602	46.553.263	37.482.298
3.01.01	Operações de Crédito	15.084.055	31.238.377	18.994.130	29.600.306
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.869.248	12.596.128	17.009.671	9.490.666
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-3.659.469	-7.045.444	6.831.692	-4.878.937
3.01.04	Resultado de Operações com Câmbio	-301.811	1.777.975	2.039.791	180.851
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.150.752	4.306.566	1.677.979	3.089.412
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-13.744.518	-38.481.756	-41.843.975	-25.180.421
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-14.080.067	-29.972.465	-23.372.241	-20.620.183
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	3.971.100	4.792.674	-12.948.650	4.167.825
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	161.131	230.911	-381.945	321.208
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-3.796.682	-13.532.876	-5.141.139	-9.049.271
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	5.398.257	4.391.846	4.709.288	12.301.877
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.017.981	-3.016.127	-690.278	-3.331.099
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	2.750.868	5.378.304	3.960.573	7.762.344
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.732.600	-3.376.009	-1.633.666	-3.133.906
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-3.542.308	-6.936.207	-3.105.887	-6.178.695
3.04.04	Despesas Tributárias	-864.922	-1.638.839	-688.973	-1.871.954
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.979.634	6.331.530	2.031.294	3.323.563
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-3.912.122	-7.247.130	-2.645.461	-5.686.616
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.303.469	4.472.224	1.391.842	2.454.165
3.05	Resultado Operacional	1.380.276	1.375.719	4.019.010	8.970.778
3.06	Resultado Não Operacional	24.837	69.813	25.945	402.729
3.06.01	Receitas	24.837	69.813	25.945	402.729
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	1.405.113	1.445.532	4.044.955	9.373.507
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	468.537	-36.034	-686.746	-762.677
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	267.295	-21.767	-374.852	-436.809
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	201.242	-14.267	-311.894	-325.868

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.09	IR Diferido	563.399	3.539.863	917.180	113.553
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-319.654	-766.337	-416.379	-947.998
3.10.01	Participações	-319.654	-766.337	-416.379	-947.998
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	2.117.395	4.183.024	3.859.010	7.776.385
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	282,37464	557,8458	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	2.117.395	4.183.024	3.859.010	7.776.385
4.02	Outros Resultados Abrangentes	605.988	833.949	-809.701	-1.182.040
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.723.383	5.016.973	3.049.309	6.594.345

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.432.256	-5.575.123
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.380.541	22.199.128
6.01.01.01	Lucro Líquido	4.183.024	7.776.385
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro Líquido	35.197.517	14.422.743
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-45.812.797	-27.774.251
6.01.02.01	Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	611.213	-3.697.314
6.01.02.02	Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-30.913.723	6.228.674
6.01.02.03	Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	-12.315.648	-11.532.873
6.01.02.04	Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	734.522	-482.338
6.01.02.05	Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central	-4.296.628	2.470.793
6.01.02.06	Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros	37.481.551	134.797.423
6.01.02.07	Redução (aumento) em Despesas Antecipadas	-518.148	-864.180
6.01.02.08	Redução (aumento) em Outros Ativos	-4.419.687	3.080.106
6.01.02.09	Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes	-655.898	-984.433
6.01.02.10	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-1.594.105	-3.492.161
6.01.02.11	Aumento (redução) em Depósitos	19.410.289	9.058.690
6.01.02.12	Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto	6.324.605	3.494.118
6.01.02.13	Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-5.181.342	-3.576.025
6.01.02.14	Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	-55.078.041	-135.650.257
6.01.02.15	Aumento (redução) em Outros Passivos	4.389.928	-26.407.350
6.01.02.16	Aumento (redução) em Outros Passivos Fiscais Correntes	398.922	474.750
6.01.02.17	Aumento (redução) em Resultados de Exercícios Futuros	0	-360.501
6.01.02.18	Imposto Pago	-190.607	-331.373
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-666.149	-10.656.370
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.834.954	32.486.066
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	448.188	983
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.184.737	16.255.556
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.767.409	34.297.636
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	57.952.146	50.553.192

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	55.000.000	436.314	0	31.033.712	0	-4.504.421	81.965.605
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	55.000.000	436.314	0	31.033.712	0	-4.504.421	81.965.605
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.183.024	0	4.183.024
5.05	Destinações	0	0	0	1.147.502	-4.183.024	0	-3.035.522
5.05.01	Dividendos	0	0	0	822.069	-773.872	0	48.197
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.200.000	0	-3.200.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	325.433	-209.152	0	116.281
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	833.949	833.949
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.256.513	1.256.513
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	-422.564	-422.564
5.11	Outras Transações de Capital	0	43.843	0	0	0	0	43.843
5.13	Saldo Final	55.000.000	480.157	0	32.181.214	0	-3.670.472	83.990.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	55.000.000	387.537	0	27.241.353	0	-3.784.819	78.844.071
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	55.000.000	387.537	0	27.241.353	0	-3.784.819	78.844.071
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	7.776.385	0	7.776.385
5.05	Destinações	0	0	0	3.076.383	-7.776.383	0	-4.700.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-1.300.000	-700.000	0	-2.000.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.700.000	0	-2.700.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	4.376.383	-4.376.383	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	388.820	-388.820	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	3.987.563	-3.987.563	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.182.040	-1.182.040
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.318.082	-1.318.082
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	136.042	136.042
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-410.024	0	0	-410.024
5.11	Outras Transações de Capital	0	-13.319	0	30.510	0	0	17.191
5.11.01	Resultado com Ações em Tesouraria	0	18.496	0	0	0	0	18.496
5.11.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	-31.815	0	0	0	0	-31.815
5.11.03	Dividendos Prescritos	0	0	0	30.510	0	0	30.510
5.13	Saldo Final	55.000.000	374.218	0	29.938.222	2	-4.966.859	80.345.583

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2023 à 30/06/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	33.873.243	34.235.047
7.01.01	Intermediação Financeira	42.873.602	37.482.298
7.01.02	Prestação de Serviços	7.690.049	7.762.344
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.532.876	-9.049.271
7.01.04	Outras	-3.157.532	-1.960.324
7.01.04.01	Outras Receitas e Despesas	-3.157.532	-1.960.324
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-21.743.352	-17.026.490
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.963.893	-4.352.905
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-142.207	-181.538
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.590.918	-1.163.206
7.03.04	Outros	-3.230.768	-3.008.161
7.04	Valor Adicionado Bruto	7.165.998	12.855.652
7.05	Retenções	-1.531.166	-1.383.415
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.531.166	-1.383.415
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.634.832	11.472.237
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.472.224	2.454.165
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.472.224	2.454.165
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.107.056	13.926.402
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	10.107.056	13.926.402
7.09.01	Pessoal	4.142.346	3.653.660
7.09.01.01	Remuneração Direta	2.049.322	1.910.919
7.09.01.02	Benefícios	564.801	591.128
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	196.765
7.09.01.04	Outros	1.528.223	954.848
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.340.538	2.053.982
7.09.02.01	Federais	1.001.464	1.694.157
7.09.02.02	Estaduais	219	280
7.09.02.03	Municipais	338.855	359.545
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	441.148	442.375
7.09.03.01	Aluguéis	441.148	442.375
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.183.024	7.776.385
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.200.000	2.700.000
7.09.04.02	Dividendos	0	2.000.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	983.024	3.076.385

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	1.058.204.534	985.450.829
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.697.113	22.003.439
1.02	Ativos Financeiros	940.128.794	864.765.346
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	175.469.145	145.515.302
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	52.519.958	55.425.671
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	712.139.691	663.824.373
1.03	Tributos Diferidos	49.165.370	46.445.994
1.03.01	Ativos Fiscais - Correntes	8.999.172	7.838.406
1.03.02	Ativos Fiscais - Diferidos	40.166.198	38.607.588
1.04	Outros Ativos	7.101.399	10.714.983
1.05	Investimentos	1.556.576	1.727.570
1.05.02	Participações em Controladas em Conjunto	1.556.576	1.727.570
1.06	Imobilizado	7.669.772	8.190.763
1.07	Intangível	31.885.510	31.602.734
1.07.01	Intangíveis	4.034.429	3.713.407
1.07.02	Goodwill	27.851.081	27.889.327

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	1.058.204.534	985.450.829
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	62.142.956	49.668.266
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	851.865.956	795.284.100
2.04	Provisões	10.649.394	9.115.143
2.05	Passivos Fiscais	7.323.074	7.810.800
2.06	Outros Passivos	13.125.385	12.892.344
2.06.01	Derivativos Utilizados como Hedge	1.620.000	0
2.06.02	Outras Obrigações	11.505.385	12.892.344
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	113.097.769	110.680.176
2.08.01	Capital Social Realizado	55.000.000	55.000.000
2.08.02	Reservas de Capital	60.088.960	53.482.183
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-1.103.035	-1.219.316
2.08.02.06	Reservas	61.191.995	54.701.499
2.08.04	Reservas de Lucros	-3.200.000	-8.100.000
2.08.04.08	Dividendo Adicional Proposto	-3.200.000	-8.100.000
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.632.622	14.287.093
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.932.847	-4.486.442
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	509.034	497.342

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	30.854.182	63.003.357	27.913.019	54.273.861
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	30.854.182	63.003.357	27.913.019	54.273.861
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-21.016.966	-40.607.149	-16.410.401	-29.323.041
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-21.016.966	-40.607.149	-16.410.401	-29.323.041
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	9.837.216	22.396.208	11.502.618	24.950.820
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-6.927.058	-16.591.543	-6.208.226	-13.589.277
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	3.786.991	7.783.403	3.775.182	7.419.442
3.04.02	Despesas de Pessoal	-2.643.850	-5.309.884	-2.335.298	-4.786.799
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.115.635	-4.216.727	-1.906.032	-3.958.987
3.04.04	Despesas Tributárias	-914.324	0	0	0
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	2.756.841	2.756.841	1.396.361	1.245.403
3.04.05.01	Receitas de instrumentos de patrimônio	28.553	28.553	20.204	20.004
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	2.942.649	2.942.649	-7.162.341	2.999.466
3.04.05.03	Variações cambiais (líquidas)	-797.898	-797.898	8.535.521	-1.830.430
3.04.05.04	Outras despesas operacionais (líquidas)	-385.152	-385.152	-22.062	-25.337
3.04.05.05	Res. na alien. de ativos não classif. como ativos não correntes mantidos para venda	970.859	970.859	11.931	8.756
3.04.05.06	Res. na alien. e desp. com ativos não correntes mantidos para venda não classif. como operações	-2.170	-2.170	13.108	72.944
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-7.902.974	-17.711.069	-7.181.425	-13.574.195
3.04.06.01	Depreciação e amortização	-686.059	-1.374.436	-652.141	-1.256.946
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	-1.124.825	-2.160.799	-229.995	-895.856
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-6.056.141	-14.108.478	-6.306.408	-11.364.934
3.04.06.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	-35.949	-67.356	7.119	-56.459
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	105.893	105.893	42.986	65.859
3.04.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	105.893	105.893	42.986	65.859
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.910.158	5.804.665	5.294.392	11.361.543
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-325.101	0	0	0
3.06.01	Corrente	1.330.059	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.06.02	Diferido	-1.655.160	0	0	0
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.585.057	5.804.665	5.294.392	11.361.543
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.585.057	5.804.665	5.294.392	11.361.543

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.604.894	4.652.365	4.187.524	8.006.962
4.02	Outros Resultados Abrangentes	315.103	553.595	-376.409	-660.613
4.02.01	Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	637.283	957.801	-143.236	-593.831
4.02.02	Impostos sobre a renda	-203.643	-433.068	87.819	187.150
4.02.03	Hedges de fluxo de caixa - Ajuste ao valor justo	530.514	845.104	-610.336	-742.578
4.02.04	Impostos sobre a renda	-252.299	-401.910	256.593	356.212
4.02.05	Planos de Benefícios Definidos	-689.588	-689.588	96.755	318.475
4.02.06	Impostos sobre a renda	292.836	275.256	-64.004	-186.041
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.939.738	5.205.960	3.811.115	7.346.349
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.927.440	5.186.218	3.766.312	7.282.884
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12.298	19.742	44.803	63.465

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.058.333	4.529.232
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	46.864.296	26.123.426
6.01.01.01	Lucro Líquido do Semestre	4.652.364	8.006.962
6.01.01.02	Depreciação do ativo tangível	950.913	924.821
6.01.01.03	Amortização do ativo intangível	423.523	332.125
6.01.01.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	67.356	56.459
6.01.01.05	Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)	16.269.277	12.260.790
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alien. do ativo tangível, invest. e ativos não correntes mantidos para venda	-968.689	-81.700
6.01.01.07	Participação no resultado de equivalência patrimonial	-105.893	-65.859
6.01.01.08	Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos	-2.904.608	-395.657
6.01.01.09	Atualização de Depósitos Judiciais	-335.867	-297.401
6.01.01.10	Atualização de Impostos a Compensar	-277.737	-272.715
6.01.01.11	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	-448.188	-983
6.01.01.12	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos	29.443.557	5.677.027
6.01.01.13	Outros	98.288	-20.443
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-57.922.629	-21.594.194
6.01.02.02	Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-53.953.547	-45.499.470
6.01.02.05	Ativos Fin. mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.359.866	31.547.166
6.01.02.06	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	-50.394.636	-19.641.332
6.01.02.07	Outros ativos	3.841.368	-4.428.303
6.01.02.08	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	12.474.690	5.202.914
6.01.02.10	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	27.222.064	14.875.435
6.01.02.11	Outros passivos	3.546.623	-1.560.105
6.01.02.12	Impostos pagos	-4.019.057	-2.090.499
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-925.470	-1.328.214
6.02.01	Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição	179.762	-406.920
6.02.02	Ativo tangível	-861.350	-583.389
6.02.03	Ativo intangível	-939.740	-471.849
6.02.04	Ativos não correntes mantidos para venda	-260.947	-166.391
6.02.05	Alienação - Ativo tangível	444.851	93.452
6.02.06	Alienação - Ativos não correntes mantidos para venda	384.079	166.335
6.02.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	127.875	40.548
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	18.800.702	11.312.152
6.03.01	Aquisição de ações próprias	116.281	-410.024
6.03.02	Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	47.232.812	38.506.347
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-2.767.995	-4.284.788
6.03.04	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	-25.358.540	-22.123.313
6.03.05	Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-421.856	-437.864
6.03.06	Aumento em participações não-controladoras	0	20.446

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.03.07	Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras	0	41.348
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	448.188	983
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.265.087	14.514.153
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.565.334	32.668.749
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56.830.421	47.182.902

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	53.482.183	0	6.187.093	-4.486.442	110.182.834	497.342	110.680.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	53.482.183	0	6.187.093	-4.486.442	110.182.834	497.342	110.680.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.200.000	0	-3.200.000	0	-3.200.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.200.000	0	-3.200.000	0	-3.200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	14.287.093	0	-9.654.471	553.595	5.186.217	19.742	5.205.959
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.632.622	0	4.632.622	19.742	4.652.364
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	14.287.093	0	-14.287.093	553.595	553.595	0	553.595
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	524.733	524.733	0	524.733
5.05.02.06	Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior	0	14.287.093	0	-14.287.093	0	0	0	0
5.05.02.08	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	-414.332	-414.332	0	-414.332
5.05.02.09	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	0	0	0	0	443.194	443.194	0	443.194
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-7.680.316	0	8.100.000	0	419.684	-8.050	411.634
5.06.04	Outros	0	419.684	0	0	0	419.684	-8.050	411.634
5.06.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	0	-8.100.000	0	8.100.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	55.000.000	60.088.960	0	1.432.622	-3.932.847	112.588.735	509.034	113.097.769

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	-713.039	48.880.561	5.879.052	-3.406.428	105.640.146	334.349	105.974.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	-713.039	48.880.561	5.879.052	-3.406.428	105.640.146	334.349	105.974.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-9.649.000	4.949.000	0	-4.700.000	0	-4.700.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-4.700.000	0	-4.700.000	0	-4.700.000
5.04.08	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	0	0	-9.649.000	9.649.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	15.528.052	-7.584.555	-660.613	7.282.884	63.465	7.346.349
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.943.497	0	7.943.497	63.465	8.006.962
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	15.528.052	-15.528.052	-660.613	-660.613	0	-660.613
5.05.02.06	Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior	0	0	15.528.052	-15.528.052	0	0	0	0
5.05.02.07	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-406.681	-406.681	0	-406.681
5.05.02.08	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	132.434	132.434	0	132.434
5.05.02.09	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	0	0	0	0	-386.366	-386.366	0	-386.366
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-410.024	-9.459	0	0	-419.483	66.547	-352.936
5.06.04	Ações em Tesouraria	0	-410.024	0	0	0	-410.024	0	-410.024
5.06.05	Outros	0	0	-9.459	0	0	-9.459	66.547	57.088
5.07	Saldos Finais	55.000.000	-1.123.063	54.750.154	3.243.497	-4.067.041	107.803.547	464.361	108.267.908

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2023 à 30/06/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	58.929.483	50.670.579
7.01.01	Intermediação Financeira	63.003.357	54.273.861
7.01.02	Prestação de Serviços	7.783.403	7.419.442
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.108.478	-11.364.934
7.01.04	Outras	2.251.201	342.210
7.01.04.01	Outras Receitas e Despesas	2.251.201	342.210
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-40.607.149	-29.323.041
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.105.667	-3.861.107
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-438.325	-477.179
7.03.02	Serviços de Terceiros	-3.036.716	-3.142.242
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-67.356	-56.459
7.03.04	Outros	-563.270	-185.227
7.04	Valor Adicionado Bruto	14.216.667	17.486.431
7.05	Retenções	-1.374.436	-1.256.946
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.374.436	-1.256.946
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.842.231	16.229.485
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	105.893	65.859
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	105.893	65.859
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.948.124	16.295.344
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	12.948.124	16.295.344
7.09.01	Pessoal	4.715.848	4.247.039
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.224.411	3.052.215
7.09.01.02	Benefícios	924.740	853.595
7.09.01.03	F.G.T.S.	266.639	247.448
7.09.01.04	Outros	300.058	93.781
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.472.721	4.041.338
7.09.02.01	Federais	3.469.306	3.579.775
7.09.02.02	Estaduais	0	427
7.09.02.03	Municipais	3.415	461.136
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	107.191	5
7.09.03.01	Aluguéis	107.191	5
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.652.364	8.006.962
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.200.000	0
7.09.04.02	Dividendos	0	4.700.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.432.622	3.243.497
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	19.742	63.465

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

Ao final do segundo trimestre de 2023, o Banco Santander observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 2,1% em 2023 frente à expansão de 2,9% no ano anterior. A projeção para 2023 é maior que a observada no final do primeiro trimestre de 2023 (0,9%) e, na avaliação do Banco, a revisão altista foi provocada pela surpresa positiva registrada no 1T23 decorrente do forte desempenho do setor agropecuário. Entretanto, a despeito da surpresa positiva no início do ano, a dinâmica das atividades mais ligadas ao ciclo econômico reforçou a percepção de que a economia se encontra em ritmo de desaceleração na esteira dos efeitos contracionistas advindos do ciclo de elevação da taxa de juros iniciado em 2021 e encerrado em agosto de 2022. Além da contribuição do setor agrícola, parece-nos que a perspectiva de permanência da variação do PIB em terreno positivo decorre da manutenção dos estímulos fiscais que foram implementados ao longo de 2022 e que foram parcialmente estendidos no início de 2023. Os dados de atividade econômica recém divulgados vieram em linha com nossa estimativa de desaceleração do PIB nos trimestres seguintes, mas o início mais promissor do ano levou-nos a revisar nossa projeção de expansão do PIB brasileiro de 0,8% para 1,9% em 2023.

No segundo trimestre de 2023, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA recuar para 3,0% frente ao patamar de 4,7% observado ao final de março 2023. Apesar do recuo ter trazido a inflação interanual para patamar inferior à meta de 3,25% determinada para 2023, o movimento foi causado em grande parte por causa dos efeitos de cortes temporários de impostos introduzidos no segundo semestre do ano passado. Porém, esta redução de impostos deixará de valer a partir do 3T23 e, na visão do Banco, deverá resultar em elevação da inflação interanual para níveis superiores tanto à meta quanto ao teto do intervalo de tolerância estipulado no regime monetário. Assim, o Banco entende que este ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha justificado a manutenção da taxa básica em 13,75% a.a. entre o final do primeiro trimestre de 2023. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária, principalmente após a aprovação do novo arcabouço fiscal, com sinalização do governo que ampliará o montante de gastos públicos a partir deste ano, o que poderá tornar o processo de desinflação mais lento. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2023 e 10,50% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuar entre R\$4,76/US\$ e R\$5,08/US\$ no segundo trimestre e encerrar o período cotada a R\$4,80/US\$. Ou seja, patamar inferior à cotação de R\$5,06/US\$ verificada no encerramento do 1T23. Na visão do Banco, a valorização do real adveio da aprovação do novo arcabouço fiscal que reduziu as incertezas quanto à trajetória da dívida pública no curto prazo. Contudo, a volatilidade demonstrada pela

Comentário do Desempenho

trajetória do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio terá espaço limitado para registrar valorização significativa nos próximos anos. Na verdade, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,40/US\$ ao final de 2023 e R\$5,50/US\$ ao final de 2025.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA, a despeito da pausa efetuada na reunião do FOMC em junho de 2023; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro, seguida de declarações de continuidade no ciclo de aperto monetário na região e; 4) frustração quanto ao ritmo de recuperação da economia chinesa. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação do novo arcabouço fiscal e da Proposta de Emenda Constitucional que altera a tributação sobre consumo pela Câmara dos Deputados; 2) surpresa positiva com crescimento econômico no 1T23 derivada de crescimento significativo do setor agropecuário e; 3) manutenção das metas e bandas de tolerância do regime inflacionário para os próximos anos, reforçando a possibilidade de cortes de juros ao longo do 3T23.

2. Desempenho

Em relação ao desempenho financeiro, o resultado gerencial alcançou R\$2.309 milhões no segundo trimestre de 2023, com variação de +8% no trimestre e queda de -43% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O retorno gerencial sobre o patrimônio líquido foi de 11,24% no 2T23, melhora de +68bps no último trimestre e queda de -961 bps quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

A carteira de crédito atingiu R\$ 499.520 milhões representando crescimento de 6,6% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o crescimento da carteira de Grandes Empresas com crescimento de 12,9% (destaque para produtos de Comex) e Pessoas físicas com de crescimento 5,8% (principalmente por Consignado, Imobiliário e Crédito Pessoal). No trimestre, a carteira caiu -0,2% com destaque para Grandes Empresas (principalmente pela volatilidade cambial) para os demais segmentos houve crescimento de 0,2% no QoQ, principalmente por pior dinâmica de mercado assim como nossa maior seletividade ao crédito.

A margem financeira bruta totalizou R\$13.828 milhões no segundo trimestre de 2023 com crescimento de 7,6% se comparado com o mesmo período do ano anterior e crescimento de +5,2% quando comparado ao trimestre anterior, explicados principalmente pela melhora em margem com mercados (efeito positivo a curva futura de juros e melhor performance de operações de mercado) e margem com clientes, com leve melhora explicadas principalmente por margem de crédito.

A despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa atingiu R\$ 4.664 milhões com queda de 22% em relação ao ano anterior e queda de 57% quando comparado ao último trimestre, justificado principalmente por eventos pontuais, tanto no 1T.23 quanto no 2T.23.

As receitas totais de prestação de serviços tiveram crescimento de 2% quando comparado ao último trimestre explicados principalmente por crescimento nas linhas de Mercados de Capitais, além de melhorias nas linhas de Cartões (maior faturamento observado no período) e Seguros (maior venda de produtos relacionados a seguro vida).

Em Outras Receitas /Despesas Operacionais crescimento nas linhas, principalmente por evento pontual relacionadas às ações judiciais de PIS/COFINS (Lei nº 9.718/98), além de piora observadas nas linhas de contingências.

As despesas gerais atingiram R\$ 5.629 milhões no 2T23, crescimento de 3,6% no trimestre. Esta variação é justificada principalmente por gastos gerais (destaque para maiores despesas de consultoria, call center e honorários) além de amortizações de software e hardware. O índice de eficiência foi de 42,9% no 2T23 com crescimento de 2,0 p.p. no trimestre e +8,9 p.p quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Seguimos comprometidos na busca constante por eficiência, com uma abordagem omni-channel, por meio da integração da nossa plataforma e industrialização dos nossos processos.

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	1S23	1S22	variação anual %	2T23	1T23	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	49.301,5	42.399,6	16,3	22.307,9	26.993,7	(17,4)
Despesas da Intermediação Financeira	(37.843,5)	(25.915,8)	46,0	(13.142,8)	(24.700,7)	(46,8)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	11.458,1	16.483,8	(30,5)	9.165,0	2.293,0	299,7
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (b)	(8.303,7)	(5.551,2)	49,6	(8.066,0)	(237,7)	3.293,2
Resultado Operacional	3.154,3	10.932,6	(71,1)	1.099,0	2.055,3	(46,5)
Resultado não Operacional	1.208,6	416,3	190,3	1.127,9	80,7	1.297,8
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.363,0	11.348,9	(61,6)	2.227,0	2.136,0	4,3
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	913,4	(2.288,5)	(139,9)	400,6	512,8	(21,9)
Participações no Lucro	(1.014,2)	(1.039,1)	(2,4)	(455,3)	(558,9)	(18,5)
Participações dos Acionistas Minoritários	(51,9)	(98,7)	(47,4)	(24,8)	(27,1)	(8,4)
Lucro Líquido Societário	4.210,3	7.922,7	(46,9)	2.147,5	2.062,8	4,1

O retorno do semestre anualizado tomando por base o resultado contábil sobre o patrimônio líquido médio atingiu 10,16%. (19,56% em 30 de junho de 2022).

2.2) Ativos e Passivos

Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Jun/23	Dez/22	variação anual %
Ativo Circulante e Não Circulante	1.082.521,9	1.034.164,2	4,7
Permanente	14.194,6	14.353,7	(1,1)
Total do Ativo	1.096.716,5	1.048.517,9	4,6
Passivo Circulante e Não Circulante	1.011.399,9	965.102,7	4,8
Participação dos Acionistas Minoritários	1.279,2	1.353,3	(5,5)
Patrimônio Líquido	84.037,4	82.061,9	2,4
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.096.716,5	1.048.517,9	4,6

2.3) Patrimônio Líquido

Em 30 de Junho de 2023, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 2,4% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

A variação do Patrimônio Líquido, entre 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do período no montante de R\$ 4.210 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial positivo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$ 1.210 milhões e do pagamento dos Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$ 3.200 milhões.

Para informações adicionais, vide nota explicativa nº 21.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Comentário do Desempenho

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%.

Segundos as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Jun/23	Dez/22
Patrimônio de Referência Nível I	78.891,4	75.943,7
Capital Principal	72.686,5	69.229,0
Capital Complementar	6.205,0	6.714,7
Patrimônio de Referência Nível II	13.078,4	13.109,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	91.969,8	89.053,5
Risco de Crédito	591.586,4	559.230,6
Risco de Mercado	34.693,8	19.332,1
Risco Operacional	56.759,7	60.073,2
Total de RWA	683.039,9	638.635,9
Índice de Basileia Nível I	11,55	11,89
Índice de Basileia Capital Principal	10,64	10,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,46	13,94

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	58.254,6	40.457,2	1.121,6	54.549,1	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	15.513,4	10.758,5	354,5	2.960,8	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	18.653,3	5.999,2	1.478,8	-	100,0%
Esfera Fidelidade S.A.	3.826,3	1.332,4	406,9	-	100,0%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	7.217,0	6.488,4	461,1	-	100,0%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 31.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Comentário do Desempenho

5. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações.

O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 30 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disso, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção análise independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2023.

Comentário do Desempenho

7. Pessoas

Em nossa empresa seguimos cuidando de nossas pessoas. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que desejamos ser. Esse é o motivo de investirmos em cada um dos 55.171 funcionários aqui no Brasil.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

Nossa empresa apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

Em janeiro realizamos mais uma edição do Santander Star, um programa de reconhecimento não financeiro que premia projetos transformadores dos nossos colaboradores nas categorias Atendimento, Resultado, Inovação, Risk Pro e Melhor Loja.

O Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQIA+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas. No mês de março, realizamos a Live Dia da Mulher - #CompetênciaNãoTemGênero com a participação de nossas Conselheiras e das Vice-presidentes de Varejo e Pessoas. Foi um bate papo inspirador sobre os desafios e aprendizados em suas carreiras.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa. No Dia do Consumidor (15/03), realizamos nosso primeiro Workshop de Clientes para toda a liderança do Santander Brasil. Nesse encontro reforçamos nosso compromisso de que o cliente está sempre no centro.

8. Sustentabilidade

Nosso propósito é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios. Ao mesmo tempo, queremos apoiar a construção de um Brasil mais justo e sustentável. Temos uma estratégia clara para as nossas aspirações ambientais (ser referência em negócios sustentáveis e apoiar nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono), sociais (trabalhar para que todos tenham oportunidades) e de governança (ter as melhores práticas de gestão ESG).

Ambiental

No acumulado do ano, viabilizamos R\$8,04 Bi em negócios sustentáveis, entre títulos verdes, Project Finance e produtos voltados ao agronegócio e ao microcrédito, por exemplo, em um movimento setorial, apoiamos a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos – na criação de um normativo de autorregulação para a cadeia de carne bovina. O regulamento estabelece um protocolo comum para a gestão do risco de desmatamento ilegal na Amazônia e no Maranhão nas operações de crédito com frigoríficos. Essa prática já faz parte das atividades de engajamento para cumprirmos a agenda do Plano Amazônia (definido em conjunto com Bradesco e Itaú) que tem, entre outras metas, o desmatamento ilegal zero junto a clientes da cadeia da carne até 2025.

Em junho aderimos à Aliança pela Mobilidade Sustentável, iniciativa da empresa 99, em parceria com grandes nomes do mercado de mobilidade no Brasil, com o intuito de transformar a mobilidade urbana, colocando mais veículos elétricos e híbridos nas ruas. A iniciativa contempla desde a discussão de formas para

Comentário do Desempenho

impulsionar toda a infraestrutura necessária à eletrificação da frota brasileira à criação de postos públicos de recarga e a diminuição das barreiras para a aquisição de carros elétricos.

Social

Em maio, promovemos nossa campanha do agasalho e, com a ajuda de mais de 1.100 colaboradores, arrecadamos mais de 4.100 roupas e agasalhos e cerca de 2 mil cobertores. Esses itens vão beneficiar mais de 3.700 pessoas atendidas por nove organizações em todo o país.

Governança

As participações de mulheres e de membros independentes no Conselho de Administração se mantiveram em 36% e em 55%, respectivamente.

Publicamos o nosso Relatório Anual Integrado 2022, no qual mostramos as nossas principais entregas do ano nos aspectos ESG com mais conexões com os resultados do negócio.

9. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 25/07/2023).

Notas Explicativas

- 1. Notas Explicativas às demonstrações financeiras individual e consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**

- 2. Notas Explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS)- IAS 34 – Demonstrações Financeiras intermediárias.**

Notas Explicativas

- 1. Notas Explicativas às demonstrações financeiras individual e consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**

1. Contexto Operacional

Notas Explicativas

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj. 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos e compartilhados entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Santander está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de

ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros;

Notas Explicativas

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2023, na reunião realizada em 25 de julho de 2023.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, foram divulgadas simultaneamente no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

b.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e

III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

Notas Explicativas

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/2002. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado, onde a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

II - hedge de fluxo de caixa, onde a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

O Banco não possui operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detemos investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

Notas Explicativas

g) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

j) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

l.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**Notas Explicativas**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

I.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 29. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

Notas Explicativas

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência; (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Notas Explicativas

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

p) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**Notas Explicativas**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

v) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 32.h

w) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	Banco 31/12/2021
Disponibilidades	11.825.127	14.352.187	10.091.602	16.361.758
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.127.019	36.415.222	40.461.590	17.935.878
Aplicações no Mercado Aberto	35.934.996	27.344.519	29.618.110	15.055.356
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.009.250	1.241.815	2.661.493	1.655.705
Aplicações em Moedas Estrangeiras	9.182.773	7.828.888	8.181.987	1.224.817
Total	57.952.146	50.767.409	50.553.192	34.297.636

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	Consolidado 31/12/2021
Disponibilidades	11.828.456	14.420.204	10.119.817	16.386.974
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	45.376.081	35.517.867	39.340.797	17.263.365
Aplicações no Mercado Aberto	35.934.996	27.344.519	29.618.110	15.055.356
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	258.312	344.460	1.540.700	983.192
Aplicações em Moedas Estrangeiras	9.182.773	7.828.888	8.181.987	1.224.817
Total	57.204.537	49.938.071	49.460.614	33.650.339

As informações relativas a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2023	31/12/2022	Banco	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Aplicações no Mercado Aberto	65.310.279	-	-	65.310.279
Posição Bancada	6.485.077	-	-	6.485.077
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.661.516	-	-	1.661.516
				57.000.534
				2.758.972
				149.081

Notas Explicativas
I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco					Consolidado				
	30/06/2023					31/12/2022				
	Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	68.152.185	641.132	-	68.793.317	56.264.419	78.805.348	1.447.986	-	80.253.334	66.387.345
Títulos Públicos	61.400.761	675.012	-	62.075.773	52.074.746	70.665.830	1.481.784	-	72.147.614	60.605.553
Títulos Privados	6.751.424	(33.880)	-	6.717.544	4.189.673	8.139.518	(33.798)	-	8.105.720	5.781.792
Títulos Disponíveis para Venda	124.725.215	369.343	873.701	125.968.259	103.887.821	135.525.651	369.343	257.051	136.152.045	114.101.540
Títulos Públicos	60.986.831	369.284	(215.701)	61.140.414	52.151.074	71.026.104	369.284	(753.958)	70.641.430	61.252.804
Títulos Privados	63.738.384	59	1.089.402	64.827.845	51.736.747	64.499.547	59	1.011.009	65.510.615	52.848.736
Títulos Mantidos até o Vencimento	27.254.135	-	-	27.254.135	25.754.717	27.254.135	-	-	27.254.135	25.754.717
Títulos Públicos	27.254.135	-	-	27.254.135	25.613.581	27.254.135	-	-	27.254.135	25.613.581
Títulos Privados	-	-	-	-	141.136	-	-	-	-	141.136
Total de Títulos e Valores Mobiliários	220.131.535	1.010.475	873.701	222.015.711	185.906.957	241.585.134	1.817.329	257.051	243.659.514	206.243.602

II) Títulos para Negociação

	Banco					Abertura por Vencimento					
	30/06/2023	31/12/2022				30/06/2023					
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil		Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	61.400.761	675.012	62.075.773	52.074.746		-	9.518.383	1.084.568	9.248.871	42.223.951	62.075.773
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.657.418	1.300	2.658.718	1.951.691		-	1.494.771	243.854	321.295	598.798	2.658.718
Notas do Tesouro Nacional - NTN	42.889.212	520.260	43.409.472	38.154.181		-	26.604	250.426	4.597.839	38.534.603	43.409.472
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.548.990	153.478	15.702.468	11.909.355		-	7.707.334	582.032	4.324.292	3.088.810	15.702.468
Títulos da Dívida Agrária - TDA	16.070	16	16.086	19.304		-	1.011	8.253	5.445	1.377	16.086
Títulos da Dívida Externa Brasileira	322	44	366	410		-	-	3	-	363	366
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	288.749	(86)	288.663	39.805		-	288.663	-	-	-	288.663
Títulos Privados	6.751.424	(33.880)	6.717.544	4.189.673		1.457.116	204.854	11.096	60.493	4.983.985	6.717.544
Ações	650.855	90.224	741.079	25.582		741.079	-	-	-	-	741.079
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	740.036	(20.085)	719.951	910.411		-	2.780	6.495	21.849	688.827	719.951
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	547.762	(3.493)	544.269	891.315		-	-	-	119	544.150	544.269
Cotas de Fundos de Investimento	654.311	61.726	716.037	679.959		716.037	-	-	-	-	716.037
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	188.390	9.399	197.789	202.289		-	197.789	-	-	-	197.789
Eurobonds	39.806	6.684	46.490	-		-	-	-	966	45.524	46.490
Debêntures	3.930.264	(178.335)	3.751.929	1.480.117		-	4.285	4.601	37.559	3.705.484	3.751.929
Total	68.152.185	641.132	68.793.317	56.264.419		1.457.116	9.723.237	1.095.664	9.309.364	47.207.936	68.793.317

Notas Explicativas

Notas Explicativas					Consolidado					
			30/06/2023	31/12/2022	Abertura por Vencimento					
					30/06/2023					
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	70.665.830	1.481.784	72.147.614	60.605.553	-	11.028.438	1.298.916	11.535.793	48.284.467	72.147.614
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.789.670	164.365	15.954.035	12.076.268	-	7.707.334	582.032	4.575.859	3.088.810	15.954.035
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.591.787	931.048	10.522.835	8.254.073	-	3.004.826	458.202	2.356.651	4.703.156	10.522.835
Notas do Tesouro Nacional - NTN	44.979.232	386.397	45.365.629	40.215.693	-	26.604	250.426	4.597.838	40.490.761	45.365.629
Títulos da Dívida Agrária - TDA	16.070	16	16.086	19.304	-	1.011	8.253	5.445	1.377	16.086
Títulos da Dívida Externa Brasileira	322	44	366	410	-	-	3	-	363	366
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	288.749	(86)	288.663	39.805	-	288.663	-	-	-	288.663
Títulos Privados	8.139.518	(33.798)	8.105.720	5.781.792	2.790.615	204.854	11.096	61.763	5.037.392	8.105.720
Ações	1.798.915	90.224	1.889.139	1.437.248	1.889.139	-	-	-	-	1.889.139
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	40	-	40	4	40	-	-	-	-	40
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	740.036	(20.085)	719.951	910.411	-	2.780	6.495	21.849	688.827	719.951
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	547.762	(3.493)	544.269	891.315	-	-	-	119	544.150	544.269
Cotas de Fundos de Investimento	889.224	61.726	950.950	860.408	901.436	-	-	-	49.514	950.950
Eurobonds	39.806	6.684	46.490	-	-	-	-	966	45.524	46.490
Letras Financeiras - LF	5.081	82	5.163	-	-	-	-	1.270	3.893	5.163
Debentures	3.930.264	(178.335)	3.751.929	1.480.117	-	4.285	4.601	37.559	3.705.484	3.751.929
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	188.390	9.399	197.789	202.289	-	197.789	-	-	-	197.789
Total	78.805.348	1.447.986	80.253.334	66.387.345	2.790.615	11.233.292	1.310.012	11.597.556	53.321.859	80.253.334

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas						Banco					
						Abertura por					
						Vencimento					
						30/06/2023					
						31/12/2022					
						30/06/2023					

Notas Explicativas

	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:										
	Valor do										
Títulos Disponíveis para Venda	Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	71.026.104	369.284	(753.958)	70.641.430	61.252.804	-	5.881.677	17.138.069	24.994.275	22.627.409	70.641.430
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	27.883.913	-	66.401	27.950.314	34.371.042	-	3.008.832	1.048.803	14.121.031	9.771.648	27.950.314
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.978.461	369.284	(15.405)	11.332.340	8.647.920	-	558.483	856.798	8.796.627	1.120.432	11.332.340
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.410.320	-	(995.486)	14.414.834	13.745.733	-	-	1.557.827	1.811.694	11.045.313	14.414.834
Títulos da Dívida Externa Brasileira	954.939	-	-	954.939	1.033.051	-	-	-	264.923	690.016	954.939
Títulos da Dívida Externa Espanhola	13.483.864	-	190.777	13.674.641	1.093.056	-	-	13.674.641	-	-	13.674.641
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	2.314.596	-	(234)	2.314.362	2.362.002	-	2.314.362	-	-	-	2.314.362
Títulos Privados	64.499.547	59	1.011.009	65.510.615	52.848.736	1.191.383	3.413.866	13.439.125	24.077.153	23.389.088	65.510.615
Ações	6	-	-	6	47	6	-	-	-	-	6
Cédula de Produto Rural - CPR	24.552.329	-	(273.491)	24.278.838	16.987.797	-	2.150.013	10.492.924	8.508.759	3.127.142	24.278.838
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	158.840	-	798	159.638	206.595	-	-	-	88.110	71.528	159.638
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.276	-	(411)	1.865	1.678	-	-	-	-	1.865	1.865
Cotas de Fundos de Investimento	1.191.924	-	(547)	1.191.377	1.223.499	1.191.377	-	-	-	-	1.191.377
Debêntures	32.969.717	59	1.220.608	34.190.384	28.593.266	-	957.054	2.091.975	11.677.273	19.464.082	34.190.384
Eurobonds	3.054.445	-	68.860	3.123.305	3.325.037	-	-	-	3.008.939	114.366	3.123.305
Nota Comercial	954.381	-	(457)	953.924	299.779	-	52.584	72.932	365.083	463.325	953.924
Notas Promissórias - NP	1.614.644	-	(4.351)	1.610.293	2.207.302	-	254.215	780.315	428.983	146.780	1.610.293
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	778	-	-	778	3.736	-	-	772	6	-	778
Certificado de Operações Estruturadas - COE	207	-	-	207	-	-	-	207	-	-	207
Total	135.525.651	369.343	257.051	136.152.045	114.101.540	1.191.383	9.295.543	30.577.194	49.071.428	46.016.497	136.152.045

Notas Explicativas

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Abertura por Vencimento						Banco
	Valor do Custo		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	30/06/2023
	Amortizado/Contábil						
	30/06/2023	31/12/2022	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	27.254.135	25.613.581	1.337.119	17.267.831	7.491.909	1.157.276	27.254.135
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.461.734	9.834.070	-	10.461.734	-	-	10.461.734
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.281.528	4.641.025	-	4.091.206	-	190.322	4.281.528
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	14.067	7.016	-	-	-	14.067	14.067
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.714.891	2.597.257	-	2.714.891	-	-	2.714.891
Títulos da Dívida Externa Espanhola	2.482.401	-	-	-	2.482.401	-	2.482.401
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.299.514	8.534.213	1.337.119	-	5.009.508	952.887	7.299.514
Títulos Privados	-	141.136	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	141.136	-	-	-	-	-
Total	27.254.135	25.754.717	1.337.119	17.267.831	7.491.909	1.157.276	27.254.135

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Abertura por Vencimento						Consolidado
	Valor do Custo		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	30/06/2023
	Amortizado/Contábil						
	30/06/2023	31/12/2022	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	27.254.135	25.613.581	1.337.119	17.267.831	7.491.909	1.157.276	27.254.135
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.461.734	9.834.070	-	10.461.734	-	-	10.461.734
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.281.528	4.641.025	-	4.091.206	-	190.322	4.281.528
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	14.067	7.016	-	-	-	14.067	14.067
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.714.891	2.597.257	-	2.714.891	-	-	2.714.891
Títulos da Dívida Espanhola	2.482.401	-	-	-	2.482.401	-	2.482.401
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.299.514	8.534.213	1.337.119	-	5.009.508	952.887	7.299.514
Títulos Privados	-	141.136	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	141.136	-	-	-	-	-
Total	27.254.135	25.754.717	1.337.119	17.267.831	7.491.909	1.157.276	27.254.135

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 27.057.476 - (31/12/2022 - R\$ 25.555.686).

Para o semestre findo em 30 de junho de 2023, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança de classificação de títulos e valores mobiliários, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento. Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças externas ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/22 e com objetivo de adequar as novas condições de melhor gestão de risco de juros uma vez que se avalia que o Banco possui a capacidade econômico-financeira para manter em balanço os títulos públicos pré-fixados LTNs, que até então eram utilizados para a proteção do risco de juros dos instrumentos financeiros relativos à cobertura da variação cambial do investimento no exterior.

Dessa forma, foram reclassificados, em 30 de junho de 2022, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024, no montante de R\$ 11 bilhões sem impacto em resultado. O montante bruto da marcação à mercado registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido, na data da reclassificação foi de R\$ 1.057 milhões e está sendo amortizada contra as contas de resultado de intermediação financeira pelo prazo remanescente dos títulos.

ITR - Informações Trimestrais - 30/06/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL); S.A.

No segundo trimestre de 2023, o montante total dos Títulos Públicos Federais – LTNs reclassificados de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento é de R\$ 10,1 bilhões. O montante bruto da marcação à mercado registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido, em 30 de junho de 2023 é de R\$ 356 e será amortizada contra as contas de resultado de intermediação financeira pelo prazo remanescente dos títulos.

Notas Explicativas

Versão : 2

Atendendo ao disposto Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	7.537.648	3.150.937	6.201.553	3.586.711
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.105.003	6.107.600	2.642.512	2.432.755
Resultado de Títulos de Renda Variável	159.027	18.707	334.680	(156.247)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	89.161	104.382
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(384.871)	(113.454)	(384.871)	(108.888)
Outras (3)	179.321	326.876	(642.684)	431.859
Total	12.596.128	9.490.666	8.240.351	6.290.572

- (1) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 2.973.014 e (2022 - receita de R\$ 4.483.793).
- (2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.
- (3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 160.732 - no Banco e no Consolidado (2022 - despesa de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 174.661 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos**Notas Explicativas**

As informações são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	30/06/2023		Banco 31/12/2022		30/06/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	19.186.085	20.926.617	17.768.111	17.578.445	13.024.954	14.452.754	12.675.000	11.869.067
Opções	1.276.465	1.787.714	1.509.352	1.913.527	1.584.569	1.946.563	1.419.279	1.900.543
Contratos a Termo e Outros	15.685.803	12.302.776	7.339.187	6.405.798	15.205.484	11.474.560	7.021.301	6.088.810
Total	36.148.353	35.017.107	26.616.650	25.897.770	29.815.007	27.873.877	21.115.580	19.858.420
Circulante	18.304.222	19.289.655	8.945.613	9.962.502	15.801.593	16.412.412	7.578.711	8.789.451
Não Circulante	17.844.131	15.727.452	17.671.037	15.935.268	14.013.414	11.461.465	13.536.869	11.068.969

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2023		Banco 31/12/2022	
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Justo
Negociação				
Swap	916.147.172	(9.530.676)	(1.740.532)	790.052.522
Ativo	451.525.314	13.909.812	19.186.085	403.668.537
Juros	371.556.673	11.407.450	17.332.524	282.495.662
Moeda Estrangeira	63.635.297	2.211.088	1.116.487	117.040.455
Outros	16.333.344	291.274	737.074	4.132.420
Passivo	464.621.858	(23.440.488)	(20.926.617)	386.383.985
Juros	375.932.289	(13.527.503)	(14.550.603)	291.014.309
Moeda Estrangeira	71.180.850	(9.756.641)	(6.222.899)	91.303.383
Outros	17.508.719	(156.344)	(153.115)	4.066.293
Opções	844.262.749	(1.005.763)	(511.249)	1.076.620.925
Compromissos de Compra	413.408.702	2.163.170	1.276.465	531.340.968
Opções de Compra Moeda Estrangeira	16.493.363	863.100	491.455	10.629.479
Opções de Venda Moeda Estrangeira	12.365.810	675.273	534.291	4.474.015
Opções de Compra Outras	43.121.571	224.698	187.535	23.359.128
Mercado Interfinanceiro	3.982.116	202.243	187.350	21.269.115
Outras (2)	39.139.455	22.455	185	2.090.013
Opções de Venda Outras	341.427.958	400.099	63.184	492.878.346
Mercado Interfinanceiro	235.600	34.241	12.917	492.656.916
Outras (2)	341.192.358	365.858	50.267	221.430
Compromissos de Venda	430.854.047	(3.168.933)	(1.787.714)	545.279.957
Opções de Compra Moeda Estrangeira	24.920.631	(1.300.708)	(457.897)	6.763.742
Opções de Venda Moeda Estrangeira	17.036.300	(733.825)	(937.332)	8.885.700
Opções de Compra Outras	47.651.174	(768.051)	(326.541)	33.887.081
Mercado Interfinanceiro	7.428.751	(741.484)	(325.074)	24.424.072
Outras (2)	40.222.423	(26.567)	(1.467)	9.463.009

ITR - Informações Trimestrais - 30/06/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL); S.A.						Versão : 2
Opções de Venda Outras	341.245.942	(366.349)	(65.944)	495.743.434	(828.354)	(412.190)
Mercado Interfinanceiro	140.927	(12.834)	(15.125)	495.564.542	(804.467)	(392.287)
Outras (2)	341.105.015	(353.515)	(50.819)	178.892	(23.887)	(19.903)
Contratos de Futuros	435.631.152	(36.504)	-	224.273.874	-	-
Posição Comprada	216.527.421	-	-	200.395.819	-	-
Cupom Cambial (DDI)	72.474.220	-	-	77.727.137	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	52.262.807	-	-	94.674.369	-	-
Moeda Estrangeira	74.592.066	-	-	27.444.003	-	-
Índice (3)	7.769.559	-	-	412.275	-	-
Treasury Bonds/Notes	9.428.769	-	-	138.035	-	-
Posição Vendida	219.103.731	(36.504)	-	23.878.055	-	-
Cupom Cambial (DDI)	72.474.220	-	-	17.259.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	57.058.176	-	-	3.396.252	-	-
Moeda Estrangeira	74.628.570	(36.504)	-	1.327.928	-	-
Índice (3)	5.513.996	-	-	1.764.015	-	-
Treasury Bonds/Notes	9.428.769	-	-	129.924	-	-
Contratos a Termo e Outros	282.572.961	2.899.485	3.383.027	142.207.037	1.394.796	933.389
Compromissos de Compra	145.133.907	6.873.832	15.685.803	88.742.561	2.292.188	7.339.187
Moedas	112.362.279	5.671.698	14.738.768	72.789.786	1.938.956	7.058.547
Outros	32.771.628	1.202.134	947.035	15.952.775	353.232	280.640
Compromissos de Venda	137.439.054	(3.974.347)	(12.302.776)	53.464.476	(897.392)	(6.405.798)
Moedas	109.439.199	(2.748.617)	(11.577.044)	52.121.080	(847.425)	(6.347.639)
Outros	27.999.855	(1.225.730)	(725.732)	1.343.396	(49.967)	(58.159)

						Consolidado
						31/12/2022
			30/06/2023			
			Valor			
			Referencial (1)			
			da Curva			
			Justo			
			Referencial (1)			
			da Curva			
			Justo			
Negociação	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Swap	675.969.202	(7.324.461)	(1.427.800)	799.572.132	(3.785.377)	805.933
Ativo	333.194.589	8.099.809	13.024.954	408.428.342	11.858.268	12.675.000
Juros	291.984.697	7.134.641	12.206.735	282.495.662	10.420.813	9.046.380
Moeda Estrangeira	30.518.693	891.366	489.921	117.040.455	1.292.203	4.764.609
Outros	10.691.199	73.802	328.298	8.892.225	145.252	(1.135.989)
Passivo	342.774.613	(15.424.270)	(14.452.754)	391.143.790	(15.643.645)	(11.869.067)
Juros	299.004.885	(11.899.266)	(12.701.200)	291.014.309	(12.835.875)	(8.967.888)
Moeda Estrangeira	33.061.272	(3.433.945)	(1.629.347)	91.303.383	(2.804.302)	(3.998.998)
Outros	10.708.456	(91.059)	(122.207)	8.826.098	(3.468)	1.097.819
Opções	844.107.667	(1.005.763)	(361.995)	1.114.888.547	(877.100)	(481.264)
Compromissos de Compra	413.408.702	2.163.170	1.584.569	564.623.093	2.243.354	1.419.279
Opções de Compra Moeda Estrangeira	16.493.363	863.100	491.455	10.629.479	440.097	214.722
Opções de Venda Moeda Estrangeira	12.365.810	675.273	534.292	4.474.015	122.896	124.163
Opções de Compra Outras	43.121.571	224.698	482.400	58.762.219	674.574	577.487
Mercado Interfinanceiro	3.982.116	202.243	482.215	56.672.206	608.913	555.707
Outras (2)	39.139.455	22.455	185	2.090.013	65.661	21.780
Opções de Venda Outras	341.427.958	400.099	76.422	490.757.380	1.005.787	502.907
Mercado Interfinanceiro	235.600	34.241	26.155	490.535.950	980.433	480.682
Outras (2)	341.192.358	365.858	50.267	221.430	25.354	22.225

Compromissos de Venda	430.698.965	(3.168.933)	(1.946.563)	550.265.454	(3.120.454)	(1.900.543)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	24.765.549	(1.300.708)	(458.128)	6.763.742	(292.212)	(165.919)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	17.036.300	(733.825)	(937.332)	8.885.700	(409.758)	(508.584)
Opções de Compra Outras	47.651.174	(768.051)	(424.788)	42.840.737	(1.590.130)	(821.508)
Mercado Interfinanceiro	7.428.751	(741.484)	(423.321)	33.377.728	(575.451)	(349.710)
Outras (2)	40.222.423	(26.567)	(1.467)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)
Opções de Venda Outras	341.245.942	(366.349)	(126.315)	491.775.275	(828.354)	(404.532)
Mercado Interfinanceiro	140.927	(12.834)	(75.496)	491.596.383	(804.467)	(384.629)
Outras (2)	341.105.015	(353.515)	(50.819)	178.892	(23.887)	(19.903)
Contratos de Futuros	435.631.152	(36.504)	-	224.309.295	-	-
Posição Comprada	216.527.421	-	-	200.465.938	-	-
Cupom Cambial (DDI)	72.474.220	-	-	77.727.137	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	52.262.807	-	-	94.674.369	-	-
Moeda Estrangeira	74.592.066	-	-	27.444.003	-	-
Índice (3)	7.769.559	-	-	482.394	-	-
Treasury Bonds/Notes	9.428.769	-	-	138.035	-	-
Posição Vendida	219.103.731	(36.504)	-	23.843.357	-	-
Cupom Cambial (DDI)	72.474.220	-	-	17.259.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	57.058.176	-	-	3.337.596	-	-
Moeda Estrangeira	74.628.570	(36.504)	-	1.327.928	-	-
Índice (3)	5.513.996	-	-	1.787.973	-	-
Treasury Bonds/Notes	9.428.769	-	-	129.924	-	-
Contratos a Termo e Outros	250.482.871	2.707.671	3.730.924	142.207.037	1.394.796	932.491
Compromissos de Compra	128.992.956	5.847.922	15.205.484	88.742.561	2.292.188	7.021.301
Moedas	107.754.726	5.534.028	14.788.138	72.789.786	1.938.956	7.058.547
Outros	21.238.230	313.894	417.346	15.952.775	353.232	(37.246)
Compromissos de Venda	121.489.915	(3.140.251)	(11.474.560)	53.464.476	(897.392)	(6.088.810)
Moedas	104.776.977	(2.556.279)	(11.291.886)	52.121.080	(847.425)	(6.347.639)
Outros	16.712.938	(583.972)	(182.674)	1.343.396	(49.967)	258.829

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

						Banco				
						Valor Referencial				
						Abertura por Vencimento			Mercado de Negociação	
						30/06/2023			30/06/2023	
			Instituições Financeiras (1)	Contraparte		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
	Clientes	Partes Relacionadas		Total	Total					
Swap	163.417.356	203.751.888	548.977.928	916.147.172	403.668.537	74.841.551	238.583.810	602.721.811	113.524.834	802.622.338
Opções	39.906.409	2.723.609	801.632.731	844.262.749	1.076.620.925	316.923.188	475.213.965	52.125.596	771.628.809	72.633.940
Contratos de Futuros	9.620.226	-	426.010.926	435.631.152	224.273.874	240.413.267	86.386.157	108.831.728	435.631.152	-
Contratos a Termo e Outros	93.505.172	111.833.881	77.233.908	282.572.961	142.207.037	103.868.263	113.411.353	65.293.345	18.143.457	264.429.504

Notas Explicativas

Notas Explicativas						Consolidado				
						Valor Referencial				
						Abertura por			Mercado de Negociação	
Contraparte						Vencimento				
30/06/2023						30/06/2023			30/06/2023	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	162.916.356	203.751.888	309.300.958	675.969.202	408.428.342	59.183.301	169.341.640	447.444.261	85.881.546	590.087.656
Opções	39.906.409	2.723.609	801.477.649	844.107.667	1.114.888.547	316.923.188	475.213.965	51.970.514	771.473.727	72.633.940
Contratos de Futuros	9.620.226	-	426.010.926	435.631.152	224.309.295	240.413.267	86.386.157	108.831.728	435.631.152	-
Contratos a Termo e Outros	93.505.173	111.833.881	45.143.817	250.482.871	142.207.037	99.510.915	97.251.408	53.720.548	18.143.458	232.339.413

Notas Explicativas

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

								Banco
								31/12/2022
								30/06/2023
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Risco de Mercado								
Contratos de Swap	346.520	397.249	321.869	346.520	436.812	485.842	461.499	437.702
Hedge de Operações de Crédito	346.520	397.249	321.869	346.520	436.812	485.842	461.499	437.702
Contratos de Futuros	34.353.228	31.412.119	32.554.514	31.236.653	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454
Hedge de Operações de Crédito	11.891.759	10.361.578	12.559.292	10.090.352	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.367.472	10.012.044	9.948.262	10.272.421	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751
Hedge de Captações	12.093.997	11.038.497	10.046.960	10.873.880	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201
Hedge de Fluxo de Caixa								
Contratos de Swap	11.917.772	10.491.509	12.406.252	10.259.500	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	11.917.772	10.491.509	12.406.252	10.259.500	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Contratos de Futuros	9.049.479	11.007.814	12.029.805	10.490.973	36.410.187	33.587.086	34.161.168	33.760.130
Hedge de Operações de Crédito	1.817.193	2.323.056	2.657.269	2.309.812	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.732.245	8.194.936	8.970.134	7.752.640	11.518.806	8.041.167	9.968.597	8.269.437
Hedge de Captações	500.041	489.822	402.402	428.521	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158
								Consolidado
								31/12/2022
								30/06/2023
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Risco de Mercado								

Contratos de Swap	346.520	397.249	321.869	346.520	436.812	485.842	461.499	437.702
Hedge de Operações de Crédito	346.520	397.249	321.869	346.520	436.812	485.842	461.499	437.702
Contratos de Futuros	34.353.228	31.412.119	32.554.514	31.236.653	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454
Hedge de Operações de Crédito	11.891.759	10.361.578	12.559.292	10.090.352	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.367.472	10.012.044	9.948.262	10.272.421	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751
Hedge de Captações	12.093.997	11.038.497	10.046.960	10.873.880	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201

Hedge de Fluxo de Caixa

Contratos de Swap	17.505.165	15.023.066	17.119.489	14.736.005	14.172.916	14.193.938	13.810.782	13.617.194
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	11.917.772	10.491.509	12.406.252	10.259.500	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Hedge de Captações	5.587.393	4.531.557	4.713.237	4.476.505	5.403.474	4.759.805	5.403.474	4.759.805
Contratos de Futuros	9.049.479	11.007.814	12.029.805	10.490.973	36.410.187	33.587.086	34.161.168	33.760.130
Hedge de Operações de Crédito	1.817.193	2.323.056	2.657.269	2.309.812	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.732.245	8.194.936	8.970.134	7.752.640	11.518.806	8.041.167	9.968.597	8.269.437
Hedge de Captações	500.041	489.822	402.402	428.521	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

	30/06/2023				Banco	30/06/2023				Consolidado
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	31/12/2022	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	31/12/2022
Estratégias										
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	-	-	346.520	346.520	437.702	-	-	346.520	346.520	437.702
Hedge de Operações de Crédito	-	-	346.520	346.520	437.702	-	-	346.520	346.520	437.702
Contratos de Futuros	2.574.945	5.272.369	23.389.339	31.236.653	26.020.454	2.574.945	5.272.369	23.389.339	31.236.653	26.020.454
Hedge de Operações de Crédito	2.423.522	4.983.801	2.683.029	10.090.352	11.451.502	2.423.522	4.983.801	2.683.029	10.090.352	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	10.272.421	10.272.421	3.971.751	-	-	10.272.421	10.272.421	3.971.751
Hedge de Captações	151.423	288.568	10.433.889	10.873.880	10.597.201	151.423	288.568	10.433.889	10.873.880	10.597.201
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	-	-	10.259.500	10.259.500	8.857.389	256.950	481.700	13.997.355	14.736.005	13.617.194
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	10.259.500	10.259.500	8.857.389	-	-	10.259.500	10.259.500	8.857.389
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	256.950	481.700	3.737.855	4.476.505	4.759.805
Contratos de Futuros	-	-	10.490.973	10.490.973	33.760.130	-	-	10.490.973	10.490.973	33.760.130
Hedge de Operações de Crédito	-	-	2.309.812	2.309.812	14.039.535	-	-	2.309.812	2.309.812	14.039.535
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	7.752.640	7.752.640	8.269.437	-	-	7.752.640	7.752.640	8.269.437
Hedge de Captações	-	-	428.521	428.521	11.451.158	-	-	428.521	428.521	11.451.158

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$41.339 (31/12/2022 - R\$80.847) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$41.001 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

Notas Explicativas

derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

				Banco/Consolidado
				Valor Nominal
				30/06/202331/12/2022
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.440.835	7.574.782	2.708.390	7.982.809
Total	3.440.835	7.574.782	2.708.390	7.982.809

				30/06/202331/12/2022
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	11.015.617	11.015.617	11.556.466	11.556.466
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	11.015.617	11.015.617	11.556.466	11.556.466
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	11.015.617	11.015.617	11.556.466	11.556.466

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

		Banco		
		30/06/202331/12/2022	30/06/202331/12/2022	Consolidado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.327.562	13.623.247	18.427.953	18.269.122
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.694.357	1.594.286	3.291.246
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.428.325	7.900.510	8.107.301	10.904.676
Total	18.755.887	23.218.114	28.129.540	32.465.044

7. Relações Interfinanceiras**Notas Explicativas**

O Bal. de Compensação interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**Notas Explicativas**

	30/06/2023	Banco 31/12/2022	30/06/2023	Consolidado 31/12/2022
Operações de Crédito	345.731.500	343.372.638	415.231.655	411.414.378
Empréstimos e Títulos Descontados	222.915.603	219.131.829	227.084.474	222.068.396
Financiamentos	50.162.067	50.362.934	115.493.351	115.468.107
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	12.734.833	15.608.384	12.734.833	15.608.384
Financiamentos Imobiliários	59.918.997	58.269.491	59.918.997	58.269.491
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	2.988.385	2.920.719
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	8.294.726	6.019.522	8.294.726	6.019.522
Outros Créditos (2)	69.392.565	66.001.113	73.005.316	69.398.431
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 10.a.)	1.367.254	366.567	1.580.583	587.156
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido e Importações Financiadas	166.619	125.214	166.619	125.214
Outros Créditos Diversos	67.858.692	65.509.332	71.258.114	68.686.061
Total	423.418.791	415.393.273	499.520.082	489.753.050

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações (Nota 9).

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$3.981.504 - (31/12/2022 - R\$ 9.598.823), sendo R\$1.899.505 em Carteira Ativa, gerando um resultado de R\$ 39.839 (31/12/2022 - R\$134.280) e R\$2.081.998 em Carteira de Prejuízo. Esses montantes referiam-se a operações, substancialmente, de empréstimos e títulos descontados, não tendo valores deste montante com empresa do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2023, o valor presente das operações cedidas é de R\$29.869 - (31/12/2022- R\$ 32.647).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento**b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**

	30/06/2023	Banco 31/12/2022	30/06/2023	Consolidado 31/12/2022
Vencidas	9.674.491	10.010.890	11.275.937	11.365.501
A vencer:				
Até 3 meses	56.146.328	51.112.801	65.943.828	60.419.997
De 3 a 12 meses	76.706.989	80.033.981	101.105.566	103.396.133
Acima de 12 meses	203.203.692	202.214.966	239.894.709	239.153.466
Total	345.731.500	343.372.638	418.220.040	414.335.097

Notas Explicativas**1.2) Outros Créditos e Adiantamentos**

	30/06/2023	Banco 31/12/2022	30/06/2023	Consolidado 31/12/2022
Vencidas	152.346	379.244	251.618	471.443
A vencer:				
Até 3 meses	45.308.136	44.440.153	46.198.817	45.553.123
De 3 a 12 meses	26.910.711	22.097.675	29.182.241	23.894.467
Acima de 12 meses	5.316.098	5.103.563	5.667.366	5.498.920
Total	77.687.291	72.020.635	81.300.042	75.417.953

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2023	Banco 31/12/2022	30/06/2023	Consolidado 31/12/2022
Setor Privado	422.034.638	414.136.260	498.135.497	488.495.452
Indústria	78.851.639	77.071.821	80.164.667	78.400.599
Comércio	52.134.617	49.695.023	58.933.550	55.942.928
Instituições Financeiras	2.010.787	1.964.768	1.783.265	1.490.891
Serviços e Outros (1)	58.947.408	57.372.140	68.437.475	64.765.459
Pessoas Físicas	224.433.893	222.713.048	281.977.685	282.525.830
Cartão de Crédito	46.945.942	47.890.503	46.945.942	47.890.503
Crédito Imobiliário	57.824.705	56.263.363	57.824.705	56.263.363
Crédito Consignado	61.119.792	58.550.295	61.119.792	58.550.295
Financiamento e Leasing de Veículos	784.577	995.712	56.901.460	56.645.490
Outros (2)	57.758.877	59.013.175	59.185.786	63.176.179
Agricultura	5.656.294	5.319.460	6.838.855	5.369.745
Setor Público	1.384.153	1.257.013	1.384.585	1.257.598
Governo Estadual	380.203	88.423	380.203	88.423
Governo Municipal	1.003.950	1.168.590	1.004.382	1.169.175
Total	423.418.791	415.393.273	499.520.082	489.753.050

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

Notas Explicativas

													Consolidado 31/12/2022		
							30/06/2023								
							Provisão								
							Carteira de Créditos						Carteira de Créditos		
							Provisão						Provisão		
Nível de Risco	% Provisão														
	Mínima														
	Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total		
AA	0,0%	205.884.303	-	205.884.303	-	-	-	200.385.215	-	200.385.215	-	-	-		
A	0,5%	153.115.698	3.235	153.118.933	765.595	6	765.601	148.370.146	3.081	148.373.227	741.866	6	741.872		
B	1,0%	41.026.739	5.216.716	46.243.455	462.435	203	462.638	41.821.551	4.552.974	46.374.525	463.745	209	463.954		
C	3,0%	31.419.399	4.518.539	35.937.938	1.078.138	1.735	1.079.873	30.787.777	4.154.955	34.942.732	1.048.282	1.831	1.050.113		
D	10,0%	14.021.035	4.512.605	18.533.640	1.853.364	113.563	1.966.927	14.209.145	4.683.498	18.892.643	1.889.264	104.991	1.994.255		
E	30,0%	3.653.526	2.905.341	6.558.867	1.967.660	101.897	2.069.557	7.385.922	3.857.417	11.243.339	3.373.002	119.771	3.492.773		
F	50,0%	6.087.430	2.879.665	8.967.095	4.483.548	1.096.034	5.579.582	2.920.740	3.244.118	6.164.858	3.082.429	862.240	3.944.669		
G	70,0%	2.712.821	2.631.959	5.344.780	3.741.346	1.095.182	4.836.528	2.807.941	3.015.922	5.823.863	4.076.704	1.202.336	5.279.040		
H	100,0%	5.276.785	13.432.725	18.709.510	18.709.510	-	18.709.510	5.021.018	12.465.423	17.486.441	17.486.441	-	17.486.441		
Total		463.197.736	36.100.785	499.298.521	33.061.596	2.408.620	35.470.216	453.709.455	35.977.388	489.686.843	32.161.733	2.291.384	34.453.117		
Circulante							11.632.087						10.656.597		
Não Circulante							23.838.129						23.796.520		

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$221.561 (31/12/2022- R\$ 66.207), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)**Notas Explicativas**

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	30/06/2023		Banco/Consolidado 31/12/2022	
		Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida
AA	0,0%	3.108	-	5.990	-
A	0,5%	32.253	24	152.344	114
B	1,0%	16.049	24	62.462	94
C	3,0%	20.589	93	91.149	410
D	10,0%	21.106	317	82.236	1.234
E	30,0%	1.604	72	7.974	359
F	50,0%	2.445	183	4.398	330
G	70,0%	2.073	218	4.212	442
H	100,0%	28.644	4.404	55.977	8.487
Total		127.871	5.335	466.742	11.470

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo Inicial	30.316.513	23.373.568	34.453.117	27.131.296
Constituições Líquidas das Reversões	13.532.876	9.049.271	15.514.161	10.920.500
Baixas	(12.613.388)	(6.249.970)	(14.497.062)	(7.710.291)
Saldo Final	31.236.001	26.172.869	35.470.216	30.341.505
Créditos Recuperados	1.714.903	1.154.703	2.115.952	1.464.128

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Créditos Renegociados	30.673.200	32.020.885	35.600.138	36.922.114
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(17.194.551)	(16.382.264)	(18.909.328)	(18.050.001)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	56,1%	51,2%	53,1%	48,9%

g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	30/06/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	7.437.711	1,1%	7.664.790	1,2%
10 Maiores	46.434.666	7,0%	45.301.948	7,1%
20 Maiores	67.832.243	10,2%	67.455.138	10,6%
50 Maiores	110.361.975	16,7%	106.339.412	16,7%
100 Maiores	147.112.398	22,2%	140.646.054	22,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio**Notas Explicativas****Carteira de Câmbio**

	Banco/Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	30.261.490	59.206.385
Câmbio Comprado a Liquidar	45.742.650	37.956.916
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(719.238)	(428.837)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	166.619	125.214
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	569	-
Total	75.452.090	96.859.678
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	36.826.728	70.558.496
Obrigações por Compra de Câmbio	39.763.082	26.956.254
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(8.294.726)	(6.019.522)
Outros	120	129
Total	68.295.204	91.495.357
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.856.006	2.245.328
Créditos de Exportação Confirmados	69.951	48.883

10. Outros Ativos Financeiros**a) Outros Ativos Financeiros**

	Banco	
	30/06/2023	31/12/2022
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	75.452.090	96.859.678
Negociação e Intermediação de Valores	2.630.443	3.026.543
Relações Interfinanceiras	102.695.229	95.324.074
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	1.367.254	366.567
Total	182.145.016	195.576.862
Circulante	176.760.738	188.955.414
Não Circulante	5.384.278	6.621.448
	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Carteira de Câmbio (Nota 9)	75.452.090	96.859.678
Negociação e Intermediação de Valores	5.818.709	4.740.568
Relações Interfinanceiras	103.017.942	95.643.095
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	1.580.583	587.156
Total	185.869.324	197.830.497
Circulante	178.226.885	189.292.202
Não Circulante	7.642.439	8.538.295

b) Negociação e Intermediação de Valores

Notas Explicativas

		Banco		Consolidado
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	632.678	1.041.678	2.556.358	2.355.283
Caixas de Registro e Liquidação	200	825	135.688	155.875
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	305.855	44.359	1.324.631	208.731
Bolsas - Depósitos em Garantia	475.946	788.772	481.599	794.071
Outros (1)	1.215.764	1.150.909	1.320.433	1.226.608
Total	2.630.443	3.026.543	5.818.709	4.740.568
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.562.129	184.518	2.206.391	604.413
Credores - Conta Liquidações Pendentes	8.411	8.891	1.012.131	456.675
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	812.190	262.299
Caixas de Registro e Liquidação	5	-	27.950	10.027
Comissões e Corretagens a Pagar	4.202	3.150	6.970	5.006
Outros	24.784	-	24.785	4.338
Total	1.599.531	196.559	4.090.417	1.342.758

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

Notas Explicativas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	39.238.065	36.197.741	44.603.728	41.433.846
Imposto de Renda a Recuperar	-	-	-	123
Impostos e Contribuições a Compensar	7.862.111	6.950.948	9.004.360	7.814.911
Total	47.100.176	43.148.689	53.608.088	49.248.880
Circulante	1.156.216	1.665.246	1.838.898	2.058.938
Não Circulante	45.943.960	41.483.443	51.769.190	47.189.942

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens					Banco
	30/06/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2023
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	49.990.131	41.051.027	18.472.962	5.462.114	(1.439.518)	22.495.558
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.056.280	3.046.138	1.370.762	255.223	(250.659)	1.375.326
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.054.967	4.071.755	1.815.991	96.284	(987.540)	924.735
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.629.668	5.705.662	2.567.549	658.548	(692.745)	2.533.352
Ágio	103.507	104.996	47.249	-	(670)	46.579
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.695.142	4.109.331	970.505	1.141.510	(323.639)	1.788.376
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	2.451.241	3.852.868	1.832.327	96.920	(763.499)	1.165.748
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.343.422	807.816	363.516	300.068	(59.045)	604.539
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	911.522	1.371.650	582.579	366.161	(550.902)	397.838
Outras Provisões Temporárias (3)	5.942.315	6.586.452	2.886.278	414.844	(705.236)	2.595.886
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	77.178.195	70.707.695	30.909.718	8.791.672	(5.773.453)	33.927.937
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.089.732	11.991.403	5.288.023	22.105	-	5.310.128
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	89.267.927	82.699.098	36.197.741	8.813.777	(5.773.453)	39.238.065

Notas Explicativas

	Origens					Consolidado
	30/06/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2023
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	55.926.833	46.424.164	20.656.715	6.310.528	(2.049.819)	24.917.424
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.282.997	3.269.192	1.459.604	286.011	(279.862)	1.465.753
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.262.878	6.537.257	2.787.152	578.797	(2.353.715)	1.012.234
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.974.516	6.061.942	2.702.131	699.182	(738.646)	2.662.667
Ágio	103.507	104.996	47.248	-	(670)	46.578
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.944.557	5.907.702	1.641.599	8.980.052	(7.253.733)	3.367.918
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.096.422	4.671.260	2.176.546	133.771	(868.929)	1.441.388
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.349.368	813.783	365.546	300.067	(59.052)	606.561
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.121.096	1.655.350	679.108	455.604	(677.964)	456.748
Outras Provisões Temporárias (3)	6.784.437	7.889.600	3.397.160	539.988	(1.033.514)	2.903.634
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	89.846.611	83.335.246	35.912.809	18.284.000	(15.315.904)	38.880.905
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.545.232	12.193.732	5.521.037	202.055	(269)	5.722.823
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	102.391.843	95.528.978	41.433.846	18.486.055	(15.316.173)	44.603.728

- (1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.
(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 30 de junho de 2023, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$90.050 (31/12/2022 – R\$100.042) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano				Banco	
				30/06/2023	
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrados
2023	2.806.434	2.257.045	37.881	678.536	5.779.896
2024	5.879.518	4.732.842	75.761	59.742	10.747.863
2025	5.771.985	4.638.420	75.761	171.156	10.657.322
2026	3.055.164	2.454.542	75.761	-	5.585.467
2027	518.723	414.968	75.761	-	1.009.452
2028 a 2032	538.059	430.442	37.881	4.400.694	5.407.076
Até 2033	28.327	22.662	-	-	50.989
Total	18.598.210	14.950.921	378.806	5.310.128	39.238.065

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrados
2023	3.250.825	2.503.442	59.741	782.238	6.596.246
2024	6.746.367	5.215.410	119.482	194.617	12.275.876
2025	6.638.894	5.111.488	119.482	254.202	12.124.066
2026	3.593.092	2.743.497	118.844	57.597	6.513.030
2027	766.030	514.323	118.206	9.930	1.408.489
2028 a 2032	664.927	486.662	59.103	4.424.239	5.634.931
Até 2033	28.402	22.688	-	-	51.090
Total	21.688.537	16.597.510	594.858	5.722.823	44.603.728

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$32.104.769 (31/12/2022 - R\$30.133.710) no Banco e R\$36.606.807 (31/12/2022 - R\$34.736.464) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Passivos Fiscais Diferidos	3.491.265	3.332.472	5.740.251	4.882.782
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	75.153	276.153	828.595	1.400.466
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	1.117.366	708.051	4.085.036	1.039.278
Total	4.683.784	4.316.676	10.653.882	7.322.526
Circulante	1.039.055	944.975	4.783.702	2.399.755
Não Circulante	3.644.729	3.371.701	5.870.180	4.922.771

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 2.683.288 no Consolidado, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide notas 19.e e 27)

Notas Explicativas

	Origens					Banco
	30/06/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2023
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.561.318	5.032.922	2.393.531	4.693.878	(4.918.161)	2.169.248
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	2.496.546	1.731.899	827.118	418.562	(55.884)	1.189.796
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.295	21.335	5.334	-	(10)	5.324
Outros	282.404	237.053	106.489	20.408	-	126.897
Total	7.361.563	7.023.209	3.332.472	5.132.848	(4.974.055)	3.491.265

	Origens					Consolidado
	30/06/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2023
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.306.191	7.119.023	3.166.392	5.839.617	(5.088.496)	3.917.513
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	2.532.295	2.335.569	1.101.585	419.130	(314.030)	1.206.685
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.729.413	1.610.971	402.743	47.539	(17.928)	432.354
Outros	431.480	503.655	212.062	21.772	(50.135)	183.699
Total	13.999.379	11.569.218	4.882.782	6.328.058	(5.470.589)	5.740.251

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Banco
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	30/06/2023
2023	172.799	137.519	32.819	Total Registrados 343.137
2024	345.596	275.039	65.638	686.273
2025	345.596	275.039	65.638	686.273
2026	344.709	275.039	65.638	685.386
2027	343.822	275.039	65.638	684.499
2028 a 2032	203.681	162.852	32.819	399.352
Até 2033	3.530	2.815	-	6.345
Total	1.759.733	1.403.342	328.190	3.491.265

Notas Explicativas

				Consolidado 30/06/2023
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2023	491.869	181.886	54.743	728.498
2024	784.245	364.123	109.486	1.257.854
2025	597.357	365.799	109.486	1.072.642
2026	582.639	359.252	109.208	1.051.099
2027	576.409	355.761	108.929	1.041.099
2028 a 2032	321.834	205.704	54.465	582.003
Até 2033	4.035	3.021	-	7.056
Total	3.358.388	1.835.546	546.317	5.740.251

d) Imposto de Renda e Contribuição Social**Notas Explicativas**

	01/01 a 30/06/2023	Banco 01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.445.532	9.373.507	4.362.974	11.248.685
Participações no Lucro (1)	(766.337)	(947.998)	(1.014.159)	(1.039.055)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(176)
Resultado antes dos Impostos	679.195	8.425.509	3.348.639	10.309.700
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	(305.638)	(3.791.479)	(1.506.888)	(4.639.365)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	2.012.500	1.104.374	36.687	19.530
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	496.734	624.288	600.781	901.496
Juros sobre o Capital Próprio	1.351.669	1.127.349	1.295.670	1.127.349
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(70.098)	293.538	(48.029)	23.678
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	-	468.313	284.384
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	18.662	(7.194)	66.864	(5.543)
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.503.829	(649.124)	913.398	(2.288.471)
Impostos Correntes	(36.034)	(762.677)	(2.027.480)	(2.338.169)
Imposto de renda e contribuição social do período	(36.034)	(762.677)	(2.027.480)	(2.338.169)
Impostos Diferidos	3.517.758	179.542	2.739.092	131.260
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	3.517.758	179.542	2.739.092	131.260
Movimentação do Período:	22.105	(327.992)	176.800	(342.582)
Base Negativa de Contribuição Social	19.666	(139.657)	41.385	(154.247)
Prejuízo Fiscal	2.439	(188.335)	135.415	(188.335)
Constituição no período sobre:	-	262.003	24.986	261.020
Base Negativa de Contribuição Social	-	126.904	524	125.920
Prejuízo Fiscal	-	135.099	24.462	135.100
Total dos impostos diferidos	3.539.863	113.553	2.940.878	49.698
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.503.829	(649.124)	913.398	(2.288.471)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%.

e) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2023	Banco 01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Despesa com Cofins	1.045.118	1.194.983	1.656.595	1.613.358
Despesa com ISS	290.808	309.164	402.103	407.130
Despesa com PIS	169.832	194.185	294.609	276.058
Outras	133.081	173.622	150.566	249.998
Total	1.638.839	1.871.954	2.503.873	2.546.544

12. Outros Ativos**Notas Explicativas**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	38.174.625	38.799.284	38.174.625	38.799.284
Direitos Creditórios (1)	29.251.266	26.052.723	32.509.652	31.761.056
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	10.898	-	10.898	-
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.574.004	5.416.291	7.508.325	7.284.567
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.702.217	1.643.491	1.809.700	1.760.965
Outros - Cíveis	750.908	723.830	935.221	903.062
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 20.f.)	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	104.686	133.949	118.078	149.153
Adiantamentos Salariais/Outros	290.542	87.632	2.161.801	1.909.304
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29.a.)	280.728	235.377	347.651	292.770
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	421.903	525.978	562.939	646.886
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	41.395	29.862	188.244	256.384
Rendas a Receber	2.594.844	2.934.909	2.739.852	2.608.540
Outros Valores e Bens	3.343.478	1.774.655	3.555.843	1.990.836
Outros (2)	6.001.999	5.435.171	4.899.509	7.382.926
Total	88.543.989	83.793.648	95.522.834	95.746.229
Circulante	74.198.551	69.993.173	78.410.726	79.362.666
Não Circulante	14.345.438	13.800.475	17.112.108	16.383.563

- (1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
- (2) Inclui, principalmente, saldos em aberto dos Fundos de Direito Creditórios (FIDC) estes relacionados na nota explicativa Participação de Controladas e Coligadas (nota 13).

13. Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman(1)		Agência de Luxemburgo(1)	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Resultado do Período	248.126	1.035.991	1.027.299	334.600

(1) A moeda funcional é o Real.

14. Participações de Controladas e Coligadas**Notas Explicativas****a) Perímetro de Consolidação**

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2023	
		Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	31.857	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	105	-	0,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	0,00%	62,51%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	14,78%

Notas Explicativas

Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores

Mobiliários Ltda. Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	76,55%
--	---------------	---------	---	-------	--------

Controlada em Conjunto da Sancap

Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
---------------------	------------	--------	---	-------	--------

Controlada da Toro Investimentos S.A.

Monetus Investimentos S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%

Controlada da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Mob Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	20	-	0,00%	100,00%
----------------------------------	------------	----	---	-------	---------

Controlada da Monetus Investimentos S.A.

Mobills Corretora De Seguros Ltda.	Corretora	3.010	-	0,00%	100,00%
------------------------------------	-----------	-------	---	-------	---------

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2023	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Ramo de Atividade					
Investimentos					
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56%	15,56%
Influência Significativa do Banco Santander					
CIP S.A.	Outras	9.114	-	17,87%	17,87%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	Corretora de Seguros	450	-	0,00%	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000		0,00%	16,66%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	0,00%	30,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda. (Tecban)	Outras	1.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado;
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (5);
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet (6);

- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (7); e
- San Créditos Estruturados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (7).

Notas Explicativas

- A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.
- O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa que adquiriu determinadas operações de crédito do Banco Santander (vencidas a mais de 360 dias) e controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.
- Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.
- Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.
- Estes fundos passaram a ser consolidados em novembro de 2022 e são controlados através da Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A., detém 100% das cotas destes fundos.

b) Composição dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido 01/01 a 30/06/2023	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
					01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	11.113.015	354.494	11.113.015	11.664.349	354.493	325.246
Santander Corretora de Seguros	7.478.028	1.478.835	7.487.849	6.008.296	1.478.835	567.132
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (1)	-	-	-	-	-	153.607
Aymoré CFI	41.578.818	1.121.581	41.578.818	43.647.927	1.121.581	375.381
Sancap	1.184.311	281.759	1.184.311	1.203.326	281.759	417.759
Santander CCVM	954.476	28.769	954.474	925.557	28.769	66.863
Banco RCI Brasil S.A.	1.288.997	61.082	514.193	568.985	24.366	22.458
Santander Brasil Consórcio	1.755.696	305.971	1.755.696	1.449.725	305.971	227.841
CIP S.A.	2.494.972	294.420	445.852	407.441	52.613	16.832
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	6.949.551	461.137	6.943.876	6.457.613	455.463	-
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	242.965	(21.562)	229.131	264.141	(35.009)	-
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	215.985	17.596	215.985	196.749	17.596	-
Esfera Fidelidade S.A.	1.739.378	406.940	1.739.378	1.332.438	406.940	285.898
Outros	1.450.787	(49.796)	1.198.360	1.169.883	(21.153)	(4.852)
Total	78.446.979	4.741.226	75.360.938	75.296.430	4.472.224	2.454.165

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido 01/01 a 30/06/2023	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
					01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	917.738	(26.226)	174.187	181.216	(4.978)	11.321
Gestora de Crédito	379.369	(18.974)	58.992	61.590	(2.950)	(10.013)
EBP	6.800	90	756	745	10	17
Santander Auto	79.045	19.617	39.523	30.778	9.808	5.311
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.744	237	1.372	1.254	118	(86)
PSA Corretora	3.532	2.452	1.766	540	1.226	204
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	209.450	(3.365)	41.890	42.563	(673)	-

Notas Explicativas

Biomass – Serviços Ambientais, Restauração

	30.425	426	5.071	-	71	-
--	--------	-----	-------	---	----	---

Influência Significativa pelo Banco

Santander

Webmotors S.A.	356.643	87.604	106.993	216.662	26.281	19.813
CIP S.A.	2.494.972	294.420	445.850	407.441	52.614	16.833
Total	4.480.718	356.281	876.400	942.789	81.527	43.400

(1) Cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. vide nota explicativa nº30.

15. Imobilizado de Uso

	30/06/2023			Banco 31/12/2022		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imóveis de Uso	2.411.132	(974.438)	1.436.694	2.425.172	(951.895)	1.473.277
Terrenos	624.644	-	624.644	629.138	-	629.138
Edificações	1.786.488	(974.438)	812.050	1.796.034	(951.895)	844.139
Outras Imobilizações de Uso	13.896.821	(9.777.444)	4.119.377	13.604.298	(9.365.300)	4.238.998
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.636.290	(4.032.907)	1.603.383	5.747.634	(3.848.098)	1.899.536
Sistemas de Processamento de Dados	2.957.750	(1.850.197)	1.107.553	2.537.400	(1.703.794)	833.606
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.310.898	(3.225.614)	1.085.284	4.330.347	(3.187.311)	1.143.036
Sistemas de Segurança e Comunicações	928.228	(640.581)	287.647	919.358	(600.926)	318.432
Outras	63.655	(28.145)	35.510	69.559	(25.171)	44.388
Total	16.307.953	(10.751.882)	5.556.071	16.029.470	(10.317.195)	5.712.275

	01/01 a 30/06/2023			Banco 01/01 a 30/06/2022		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	16.029.469	(10.317.194)	5.712.275	15.755.314	(9.688.628)	6.066.686
Adições	560.786	-	560.786	365.937	-	365.937
Depreciação	-	(647.615)	(647.615)	-	(614.500)	(614.500)
Baixas	(298.642)	225.316	(73.326)	(278.712)	(236.144)	(514.856)
Transferências	16.340	(12.389)	3.951	23.413	468.609	492.022
Saldo no Final do Período	16.307.953	(10.751.882)	5.556.071	15.865.952	(10.070.663)	5.795.289

	30/06/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imóveis de Uso	2.615.812	(1.019.516)	1.596.296	2.711.940	(1.023.637)	1.688.303
Terrenos	670.962	-	670.962	698.906	-	698.906
Edificações	1.944.850	(1.019.516)	925.334	2.013.034	(1.023.637)	989.397
Outras Imobilizações de Uso	14.266.300	(9.924.898)	4.341.403	13.923.997	(9.497.247)	4.426.750
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.708.369	(4.075.247)	1.633.122	5.824.735	(3.880.750)	1.943.985
Sistemas de Processamento de Dados	3.067.529	(1.866.018)	1.201.511	2.635.567	(1.718.489)	917.078
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.468.296	(3.311.365)	1.156.931	4.450.016	(3.268.340)	1.181.676
Sistemas de Segurança e Comunicações	932.357	(644.095)	288.262	923.401	(604.374)	319.027
Outras	89.749	(28.172)	61.577	90.278	(25.294)	64.984
Total	16.882.112	(10.944.414)	5.937.698	16.635.937	(10.520.884)	6.115.053

	01/01 a 30/06/2023			Consolidado 01/01 a 30/06/2022		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	16.635.937	(10.520.884)	6.115.053	16.280.482	(9.896.134)	6.384.348
Adições	624.643	-	624.643	441.107	-	441.107
Depreciação	-	(684.148)	(684.148)	-	(626.297)	(626.297)
Baixas	(378.017)	256.316	(121.701)	(295.221)	(243.016)	(538.237)
Transferências	(451)	4.302	3.851	(38.170)	483.844	445.674
Saldo no Final do Período	16.882.112	(10.944.414)	5.937.698	16.388.198	(10.281.603)	6.106.595

16. Intangível**Notas Explicativas**

			30/06/2023	Banco 31/12/2022
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(26.817.586)	402.929	502.785
Outros Ativos Intangíveis	12.902.807	(6.859.244)	6.043.563	5.812.357
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	8.498.982	(4.890.188)	3.608.794	3.342.563
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.230.446	(1.827.070)	2.403.376	2.428.486
Outros	173.380	(141.986)	31.394	41.308
Total	40.123.322	(33.676.830)	6.446.492	6.315.142

			30/06/2023	Consolidado 31/12/2022
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.292.301	(27.213.680)	1.078.621	1.255.965
Outros Ativos Intangíveis	13.467.908	(7.169.789)	6.298.119	6.036.176
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	8.982.431	(5.158.141)	3.824.290	3.576.175
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.230.446	(1.827.070)	2.403.376	2.428.487
Outros	255.031	(184.578)	70.453	31.514
Total	41.760.209	(34.383.469)	7.376.740	7.292.141

(*) Para o semestre findo em 30 de junho de 2023, não houve impairment.

Notas Explicativas Patrimoniais

	30/06/2023				Banco 31/12/2022	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	98.023.944	112.264.583	104.059.417	126.975.485	441.323.429	421.913.140
Depósitos à Vista	40.290.163	-	-	-	40.290.163	35.548.256
Depósitos de Poupança	57.672.059	-	-	-	57.672.059	60.204.483
Depósitos Interfinanceiros	-	2.565.992	1.436.797	110.752	4.113.541	5.800.367
Depósitos a Prazo (1)	61.722	109.698.591	102.622.620	126.864.733	339.247.666	320.360.034
Captações no Mercado Aberto	-	96.017.313	6.471.389	20.804.829	123.293.531	116.968.926
Carteira Própria	-	60.669.731	547.418	20.760	61.237.909	59.542.273
Títulos Públicos	-	42.259.094	452.786	-	42.711.880	42.162.715
Outros	-	18.410.637	94.632	20.760	18.526.029	17.379.558
Carteira de Terceiros	-	35.347.582	-	-	35.347.582	31.905.978
Carteira de Livre Movimentação	-	-	5.923.971	20.784.069	26.708.040	25.520.675
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	19.294.121	49.737.908	99.000.779	168.032.808	147.875.535
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	11.044.609	35.247.046	71.430.486	117.722.141	100.444.732
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.953.269	8.708.913	27.427.428	39.089.610	34.139.165
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	4.499.719	10.691.437	17.397.956	32.589.112	24.045.320
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.591.621	15.846.696	11.920.851	31.359.168	33.713.048
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	-	-	14.684.251	14.684.251	8.547.199
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	7.823.946	13.072.474	19.405.514	40.301.934	40.599.144
Certificados de Operações Estruturadas	-	425.566	1.418.388	8.164.779	10.008.733	6.831.659
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	26.349.751	48.548.702	14.975.152	89.873.605	81.645.558
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	25.286.303	45.311.619	6.142.749	76.740.671	67.675.096
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	12.741.706	32.785.613	983.567	46.510.886	32.639.215
Outras Linhas de Crédito	-	12.544.597	12.526.006	5.159.182	30.229.785	35.035.881
Obrigações por Repasses do País	-	1.063.448	3.237.083	8.832.403	13.132.934	13.970.462
Total	98.023.944	253.925.768	208.817.416	261.756.245	822.523.373	768.403.159
Circulante	98.023.944	253.925.768	208.817.416	-	560.767.128	446.733.535
Não Circulante	-	-	-	261.756.245	261.756.245	321.669.624

Notas Explicativas

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	97.567.818	112.928.717	104.004.906	124.795.248	439.296.689	420.928.829
Depósitos à Vista	39.714.943	-	-	-	39.714.943	35.336.874
Depósitos de Poupança	57.672.059	-	-	-	57.672.059	60.204.483
Depósitos Interfinanceiros	-	2.856.906	1.352.279	385.007	4.594.192	4.575.565
Depósitos a Prazo (1)	61.722	110.071.811	102.652.627	124.410.241	337.196.401	320.703.661
Outros Depósitos	119.094	-	-	-	119.094	108.246
Captações no Mercado Aberto	-	85.507.956	6.236.915	20.804.829	112.549.700	109.760.924
Carteira Própria	-	56.259.985	312.944	20.760	56.593.689	56.321.525
Títulos Públicos	-	37.849.348	218.312	-	38.067.660	38.941.492
Outros	-	18.410.637	94.632	20.760	18.526.029	17.379.558
Carteira de Terceiros	-	29.247.971	-	-	29.247.971	27.918.724
Carteira de Livre Movimentação	-	-	5.923.971	20.784.069	26.708.040	25.520.675
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	16.269.704	42.492.854	90.910.430	149.672.988	127.409.086
Recursos de Aceites Cambiais	-	40.505	237.011	912.457	1.189.973	1.209.682
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	11.306.486	36.230.267	74.636.176	122.172.929	104.859.618
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.953.269	8.708.913	27.427.428	39.089.610	34.139.165
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	4.499.719	10.691.437	17.397.956	32.589.112	24.045.319
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.853.498	16.829.917	15.126.541	35.809.956	38.127.935
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	-	-	14.684.251	14.684.251	8.547.199
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	4.497.147	4.607.188	7.197.018	16.301.353	14.508.126
Certificados de Operações Estruturadas	-	425.566	1.418.388	8.164.779	10.008.733	6.831.660
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	26.413.654	48.548.702	14.975.152	89.937.508	81.721.122
Obrigações por Empréstimos no País	-	63.903	-	-	63.903	75.564
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	25.286.303	45.311.619	6.142.749	76.740.671	67.675.096
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	12.741.706	32.785.613	983.567	46.510.886	32.639.215
Outras Linhas de Crédito	-	12.544.597	12.526.006	5.159.182	30.229.785	35.035.881
Obrigações por Repasses do País	-	1.063.448	3.237.083	8.832.403	13.132.934	13.970.462
Total	97.567.818	241.120.031	201.283.377	251.485.659	791.456.885	739.819.961
Circulante	97.567.818	241.120.031	201.283.377	-	539.971.226	446.229.627
Não Circulante	-	-	-	251.485.659	251.485.659	293.590.334

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2023 possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2030.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2023 possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2033.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2035 (31/12/2022 - com prazo de vencimento entre 2022 e 2035).

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2030 (31/12/2022 - até o ano de 2023) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,13% a 5,25% a.a. (31/12/2022 - de 1,09% a.a. a 6,45% a.a.).

Notas Explicativas

			Banco		Consolidado	
			30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total	Total	Total
2018	2025	4,4%	204.738	221.113	-	-
2019	2027	Até 6,4% + CDI	1.537.373	1.829.032	-	32.204
2020	2027	Até 6,4% + CDI	1.116.587	1.508.500	31.337	90.068
2021	2031	Até 9% + CDI	11.642.991	17.519.679	3.506.883	6.306.335
2022	2035	Até 9% + CDI	10.789.647	19.520.820	3.498.214	8.079.519
2023	2035	Até 9% + CDI	15.010.598	-	9.264.919	-
Total			40.301.934	40.599.144	16.301.353	14.508.126

b) Abertura de contas de resultado

		Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Depósitos a Prazo (1) (2)		14.643.665	9.580.425	12.569.533	8.496.103
Depósitos de Poupança		2.226.711	2.150.269	2.226.711	2.150.269
Depósitos Interfinanceiros		391.762	135.489	274.293	177.064
Captação no Mercado Aberto		7.342.309	5.488.102	6.813.435	5.236.984
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização		-	2.803	162.181	123.010
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		6.305.846	3.796.663	6.673.599	4.029.467
Outras (3)		(937.828)	(533.568)	(936.669)	(522.502)
Total		29.972.465	20.620.183	27.783.083	19.690.395

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$200.570 (2022 - R\$863.395), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 18.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$308.064 no Banco e no Consolidado (2022 - despesa de variação cambial no valor de R\$5.414.167 no Banco e no Consolidado).

(3) Em 30 de junho de 2023 inclui despesa de variação cambial no valor de R\$700.322 no Banco e no Consolidado (2022 – Despesa de variação cambial no valor de R\$ 1.089.010).

18. Outros Passivos Financeiros**Notas Explicativas**

	30/06/2023	Banco 31/12/2022
	Total	Total
Carteira de Câmbio	68.295.204	91.495.357
Negociação e Intermediação de Valores	1.599.531	196.559
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.008.268	19.537.618
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.655.378	165.518
Relações Interdependências e Interfinanceiras	7.588.020	6.107.598
Total	104.146.401	117.502.650
Circulante	81.574.780	99.934.908
Não Circulante	22.571.621	17.567.742

	30/06/2023	Consolidado 31/12/2022
	Total	Total
Carteira de Câmbio	68.295.204	91.495.357
Negociação e Intermediação de Valores	4.090.417	1.342.758
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.008.268	19.537.618
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.703.424	200.971
Relações Interdependências e Interfinanceiras	7.588.021	6.107.600
Total	106.685.334	118.684.304
Circulante	82.189.497	99.304.698
Não Circulante	24.495.837	19.379.606

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado 30/06/2023	31/12/2022
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.087.085	6.591.740
Notes - Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	6.077.296	6.580.937
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	6.595.222	6.133.677
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	248.665	231.264
Total					19.008.268	19.537.618

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

19. Outros Passivos**Notas Explicativas**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.574.365	4.271.215
Obrigações com Cartões de Crédito	39.267.221	40.274.848	39.557.568	40.544.183
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	2.287.372	4.141.393	2.609.254	6.722.249
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	5.114.978	4.257.374	5.529.545	4.594.202
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	525.816	413.438	525.816	413.438
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	2.283.104	1.752.607	2.318.992	1.775.202
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.186	4.995	5.186	4.995
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.f)	496	496	496	496
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.676.083	1.901.611	2.178.251	2.265.757
Despesas Administrativas	260.317	239.761	437.111	516.502
Outros Pagamentos	62.500	66.564	204.209	192.212
Credores por Recursos a Liberar	830.117	996.143	830.117	996.143
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	553.462	612.844	553.462	612.844
Fornecedores	653.878	588.811	1.276.277	1.000.553
Sociais e Estatutárias	455.613	850.219	472.743	1.062.494
Obrigações com Operações TVM Exterior	-	3.775.387	-	3.775.387
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.862.490	1.949.710
Outras	7.065.652	4.478.017	11.794.035	8.719.931
Total	61.041.795	64.354.508	74.729.917	79.417.513
Circulante	25.872.971	30.260.094	38.398.840	36.571.840
Não Circulante	35.168.824	34.094.414	36.331.077	42.845.673

(1) Inclui impactos da variação cambial referentes a Notes.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	Banco/Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Saldo Garantias Prestadas
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	2.007.798	2.156.115
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	5.895.438	6.454.815
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	2.477.586	1.965.704
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	300.000	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	12.158.544	12.188.938
Outros Avais	89.973	93.919
Outras Fianças Bancárias	27.608.092	23.192.067
Outras Garantias Financeiras Prestadas	876.065	267.886
Total	51.413.496	46.319.444

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas**Notas Explicativas**

	Banco/ 01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Saldo Inicial	413.437	324.728
Constituição	138.358	7.079
Reversão (1)	(25.980)	(17.362)
Saldo	525.815	314.445

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**a) Ativos Contingentes**

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2023	Banco 31/12/2022	30/06/2023	Consolidado 31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	2.287.372	4.141.393	2.609.254	6.722.249
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19)	5.114.978	4.257.374	5.529.545	4.594.202
Ações Trabalhistas	2.278.198	1.532.949	2.506.936	1.711.146
Ações Cíveis	2.836.780	2.724.425	3.022.609	2.883.056
Total	7.402.350	8.398.767	8.138.799	11.316.451

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2023			Banco 01/01 a 30/06/2022		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.141.393	1.532.949	2.724.425	4.312.234	1.941.169	3.092.507
Constituição Líquida de Reversão (2)	(1.873.869)	1.267.593	288.677	182.372	495.067	2.102
Atualização Monetária	76.355	35.449	147.762	107.562	70.222	213.827
Baixas por Pagamento	(56.507)	(557.793)	(324.084)	(23.095)	(557.456)	(358.829)
Saldo Final (3)	2.287.372	2.278.198	2.836.780	4.579.072	1.949.002	2.949.607
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.739.356	798.090	307.006	1.413.949	699.064	528.281
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.795	353	9	2.789	4.038	769
Total dos Depósitos em Garantia (4)	1.742.151	798.443	307.015	1.416.738	703.102	529.050

	01/01 a 30/06/2023			Consolidado 01/01 a 30/06/2022		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.722.249	1.711.146	2.883.056	6.748.684	2.084.247	3.241.469
Constituição Líquida de Reversão (2)	(4.101.201)	1.357.031	426.431	196.666	542.090	143.072
Atualização Monetária	87.298	38.033	150.483	175.519	71.223	215.584
Baixas por Pagamento	(99.092)	(599.274)	(437.361)	(41.947)	(600.422)	(491.885)
Saldo Final (3)	2.609.254	2.506.936	3.022.609	7.078.921	2.097.138	3.108.240
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.120.278	842.764	315.511	2.707.795	745.026	536.955
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.952	353	9	3.853	4.038	769
Total dos Depósitos em Garantia (4)	3.124.230	843.117	315.520	2.711.648	749.064	537.723

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais (até 2022), contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Vide nota 26).

(3) Os saldos finais são compostos por R\$2.287, R\$5.627, R\$3.047 de provisão no Banco e R\$2.609, R\$, R\$5.986, R\$3.293 no consolidado e de R\$, R\$3.348, R\$210 de conta redutora no Banco e R\$, R\$3.479, R\$270 no consolidado registrados pagamentos parciais de processos não encerrados de natureza fiscal, trabalhista e cível respectivamente.

(4) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$5.180 milhões e no Consolidado é R\$6.432 milhões.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis**Notas Explicativas**

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias**Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável**

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$1.058.014 (31/12/2022 - R\$1.016.253) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$134.497 no Banco e R\$135.757 no Consolidado (31/12/2022 - R\$130.164 no Banco e R\$133.593 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$363.373 no Banco e R\$377.198 no Consolidado (31/12/2022 - R\$288.660 no Banco e R\$319.020 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 19.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos

Notas Explicativas

Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro correspondente de cada representado e a AFABESP interpôs recurso que foi negado provimento, motivo pelo qual a decisão transitou em julgado.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença, razão pela qual já foram distribuídas aproximadamente 6,7 mil ações de cumprimento individual da sentença coletiva.

Em 30 de junho de 2023 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

Notas Explicativas

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$33.245 milhões no Consolidado (31/12/2022 - R\$31.522 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentará novo recurso em relação ao PIS. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2023, o valor envolvido é de aproximadamente R\$1.947 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$8.650 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$5.005 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$4.529 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.593 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.728 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.192 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$722 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou

Notas Explicativas

desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$536 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$862 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$328 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos foram julgados improcedentes, motivo pelo qual foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário, ambos, pendentes de admissibilidade. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é provisionado tendo em vista que não há lista de representados devidamente homologada nos autos, bem como a execução permanece suspensa.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.673 milhões no Consolidado, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou uma nova liquidação de sentença. Acordo realizado no valor de R\$ 44MM. Processo extinto.

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

f) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza cíveis, no montante de R\$496 (31/12/2022 – R\$496) no Banco e no Consolidado, sem ações de naturezas fiscais e trabalhistas, registrados em outros passivos (Nota 18) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos (Nota 11).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2023			Em Milhares de Ações 31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	117.388	143.186	260.574	120.850	146.392	267.242
De Domiciliados no Exterior	3.701.307	3.536.650	7.237.957	3.697.845	3.533.444	7.231.289
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(27.064)	(27.064)	(54.128)	(31.162)	(31.162)	(62.324)
Total em Circulação	3.791.631	3.652.772	7.444.403	3.787.533	3.648.674	7.436.207

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**Notas Explicativas**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

		30/06/2023					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Total	3.200.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023.

		31/12/2022					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(6)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59	388,68
Dividendos (4)(6)	820.000	105,02	115,53	220,55	105,02	115,53	220,55
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	880.000	112,71	123,98	236,69	95,80	105,38	201,19
Total	8.100.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2022, pagos no dia 06 de setembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de outubro de 2022, pagos no dia 22 de novembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

(6) Serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital**Notas Explicativas**

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de junho de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2023, o Banco Santander possuía 346.782.487 ações ordinárias e 374.586.900 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

				Banco/Consolidado	
				Em Milhares de Ações	
				30/06/2023	31/12/2022
				Quantidade	Quantidade
				Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período				31.161	15.755
Aquisições de Ações				871	20.297
Alienações - Remuneração Baseado em Ações				(4.968)	(4.891)
Ações em Tesouraria no Final do Período				27.064	31.161
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais		R\$	1.101.264	R\$	1.217.545
Custos de Emissão em Milhares de Reais		R\$	1.771	R\$	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais		R\$	1.103.035	R\$	1.219.316
Custo/Cotação da Ação				Units	Units
Custo Mínimo (*)		R\$	7,55	R\$	7,55
Custo Médio Ponderado (*)		R\$	27,62	R\$	27,73
Custo Máximo (*)		R\$	49,55	R\$	49,55
Cotação da Ação		R\$	30,63	R\$	28,19

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2023	31/12/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Banco RCI Brasil S.A.	774.804	857.368	36.718	33.841
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	240.227	218.808	21.089	26.330
Banco PSA	133.642	130.404	7.496	3.018
Rojo Entretenimento S.A.	7.717	7.692	248	180
GIRA	(13.888)	(73)	(11.283)	3.976
Toro CTVM	115.059	115.671	(775)	31.392
Toro Investimentos	18.258	18.538	(104)	586
Solution 4Fleet	737	1.648	(813)	(356)

Apê11	2.641	3.263	(654)	(251)
Notas Explicativas	1.279.197	1.353.319	51.922	98.716

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2023, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Remuneração Fixa	75.444	59.079
Remuneração variável - Em espécie	56.678	86.544
Remuneração variável - Em ações	50.477	70.828
Outras	28.636	24.330
Total Benefícios de Curto Prazo	211.235	240.781
Remuneração variável - Em espécie	68.908	82.643
Remuneração variável - Em ações	68.507	87.468
Total Benefícios de Longo Prazo	137.415	170.111
Total	348.650	410.892

Adicionalmente, em 2023 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 23.645 (30/06/2022 - R\$ 18.922).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira

Notas Explicativas**d) Participação Acionária**

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 30/06/2023
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.678	0,1%	4.678	0,1%	9.356	0,1%
Outros	346.782	9,1%	374.587	10,2%	721.369	9,6%
Total em Circulação	3.791.630	99,3%	3.652.772	99,3%	7.444.402	99,3%
Ações em Tesouraria	27.065	0,7%	27.064	0,7%	54.128	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	346.782	9,1%	374.587	10,2%	721.369	9,6%

						Em Milhares de Ações 31/12/2022
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,5%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Notas Explicativas Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativo	11.848.660	10.706.879	67.619.572	69.978.695	20.539	16.288	79.488.771	80.701.862
Disponibilidades	678.126	725.598	100.515	180.964	-	-	778.641	906.562
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.289.056	6.836.003	42.338.476	43.027.732	-	-	48.627.532	49.863.735
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	988.675	764.635	-	-	988.675	764.635
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.110.561	2.978.168	1.632.003	452.537	-	-	5.742.564	3.430.705
Relações Interfinanceiras	-	-	21.118.364	21.404.794	-	-	21.118.364	21.404.794
Operações de Crédito	-	-	380.600	1.316.239	20.535	16.284	401.135	1.332.523
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	27.551	530.194	-	-	27.551	530.194
Negociação e Intermediação de Valores	364.761	237.394	-	-	-	-	364.761	237.394
Carteira de Câmbio - Líquida	(90.008)	(175.253)	-	-	-	-	(90.008)	(175.253)
Rendas a Receber	-	-	780.680	952.864	-	-	780.680	952.864
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	141.985	82.459	-	-	141.985	82.459
Outros Ativos - Diversos	496.164	104.969	110.723	1.266.277	4	4	606.891	1.371.250
Passivo	(16.537.351)	(23.563.739)	(46.935.497)	(45.428.700)	(161.417)	(118.449)	(63.634.265)	(69.110.888)
Depósitos	(3.970.257)	(3.063.898)	(5.010.752)	(4.045.388)	(31.481)	(31.040)	(9.012.490)	(7.140.326)
Operações Compromissadas	-	-	(11.061.629)	(7.479.418)	-	301	(11.061.629)	(7.479.117)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	80.699	201.054	80.699	201.054
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(7.104.035)	(30.308.407)	(32.417.116)	-	-	(30.308.407)	(39.521.151)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(113.123)	(201.359)	(250.714)	(1.347.740)	-	-	(363.837)	(1.549.099)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(12.164.380)	(13.172.677)	-	-	-	-	(12.164.380)	(13.172.677)
Outros Passivos - Diversos	(289.591)	(21.770)	(303.995)	(139.038)	(214.675)	(298.121)	(808.261)	(458.929)
Garantias e Limites	-	-	-	-	4.040	9.357	4.040	9.357

	01/01 a		01/01 a		01/01 a		01/01 a	
	30/06/2023		30/06/2023		30/06/2023		30/06/2023	
	01/01 a	30/06/2022	01/01 a	30/06/2022	01/01 a	30/06/2022	01/01 a	30/06/2022
Resultado	2.740.916	4.973.387	(957.542)	1.875.349	(304.780)	(363.083)	1.478.594	6.485.653
Receitas da Intermediação Financeira	3.580.340	4.846.642	2.613.215	3.321.240	1.394	188	6.194.949	8.168.070
Despesas da Intermediação Financeira	(445.682)	230.115	(3.001.823)	(1.615.779)	(2.581)	(1.241)	(3.450.086)	(1.386.905)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(393.742)	(103.370)	(562.536)	(181.001)	(303.593)	(362.030)	(1.259.871)	(646.401)
Resultado não Operacional	-	-	(6.398)	350.889	-	-	(6.398)	350.889

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativo	11.848.660	11.460.892	22.824.371	32.657.452	20.722	16.380	34.693.753	44.134.724
Disponibilidades	678.126	1.479.611	100.515	8.732.257	-	-	778.641	10.211.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.289.056	6.836.003	-	-	-	-	6.289.056	6.836.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	625.018	791.288	-	-	625.018	791.288
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.110.561	2.978.168	-	-	-	-	4.110.561	2.978.168
Relações Interfinanceiras	-	-	21.101.287	21.381.455	-	-	21.101.287	21.381.455
Operações de Crédito	-	-	142.555	830.506	20.718	16.376	163.273	846.882
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	2.051	26.210	-	-	2.051	26.210
Negociação e Intermediação de Valores	364.761	237.394	-	-	-	-	364.761	237.394
Carteira de Câmbio - Líquida	(90.008)	(175.253)	-	-	-	-	(90.008)	(175.253)
Rendas a Receber	-	-	713.227	889.699	-	-	713.227	889.699
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	27.724	6.037	-	-	27.724	6.037
Outros Ativos - Diversos	496.164	104.969	111.994	-	4	4	608.162	104.973
Passivo	(16.537.351)	(23.563.760)	(9.070.565)	(8.202.759)	(171.057)	211.170	(25.778.973)	(31.555.349)
Depósitos	(3.970.257)	(3.063.898)	(2.236.803)	(1.401.719)	(31.584)	(31.040)	(6.238.644)	(4.496.657)
Operações Compromissadas	-	-	(317.799)	(271.303)	-	301	(317.799)	(271.002)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	80.699	201.054	80.699	201.054
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(7.104.035)	(6.307.827)	(6.326.097)	-	-	(6.307.827)	(13.430.132)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(113.123)	(201.380)	(9.391)	(37.641)	-	-	(122.514)	(239.021)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(12.164.380)	(13.172.677)	-	-	-	-	(12.164.380)	(13.172.677)
Outros Passivos - Diversos	(289.591)	(21.770)	(198.745)	(165.999)	(224.212)	31.498	(712.548)	(156.271)
Garantias e Limites	-	-	-	-	4.040	9.357	4.040	9.357
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Resultado	2.740.916	4.973.387	235.949	1.070.501	(350.801)	(413.038)	2.626.064	5.630.850
Receitas da Intermediação Financeira	3.580.340	4.846.642	69.564	418.552	1.586	188	3.651.490	5.265.382
Despesas da Intermediação Financeira	(445.682)	230.115	(157.524)	(187.481)	(2.581)	(1.241)	(605.787)	41.393
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(393.742)	(103.370)	330.307	488.541	(349.806)	(411.985)	(413.241)	(26.814)
Resultado não Operacional	-	-	(6.398)	350.889	-	-	(6.398)	350.889

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 14.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias**Notas Explicativas**

	01/01 a 30/06/2023	Banco 01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Administração de Recursos	241.833	312.272	688.418	655.557
Serviços de Conta Corrente	1.985.054	1.925.756	1.995.101	1.930.547
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	615.735	542.935	947.352	702.223
Operações de Crédito	269.591	248.385	597.232	407.583
Rendas de Garantias Prestadas	346.144	294.550	350.120	294.640
Comissões de Seguros	847.673	902.821	1.550.653	1.573.189
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.652.074	2.631.996	2.721.718	2.730.674
Cobrança e Arrecadações	649.530	704.680	650.968	718.704
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	636.984	613.879	786.211	769.613
Outras	61.166	128.005	169.075	418.599
Total	7.690.049	7.762.344	9.509.496	9.499.106

24. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2023	Banco 01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Remuneração	2.049.322	1.910.919	2.659.121	2.228.729
Encargos	742.182	604.377	997.649	749.695
Benefícios	564.801	591.128	804.391	791.426
Treinamento	19.704	25.906	32.594	28.750
Outras	-	1.576	34.788	45.163
Total	3.376.009	3.133.906	4.528.543	3.843.763

25. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2023	Banco 01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Depreciações e Amortizações	1.531.166	1.383.415	1.658.240	1.474.746
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.590.918	1.163.206	1.259.904	1.150.924
Comunicações	145.353	168.583	162.474	183.289
Processamento de Dados	1.468.842	1.514.400	1.304.122	1.392.412
Propaganda, Promoções e Publicidade	266.049	186.063	335.726	264.908
Aluguéis	441.148	442.375	451.081	448.062
Transportes e Viagens	66.900	60.043	91.348	85.172
Serviços do Sistema Financeiro	160.223	135.201	195.271	164.647
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	272.301	270.330	275.665	272.693
Manutenção e Conservação de Bens	140.844	144.682	150.498	159.276
Água, Energia e Gás	88.938	115.021	93.372	119.416
Material	53.269	66.517	56.730	75.491
Outras	710.256	528.859	497.483	457.735
Total	6.936.207	6.178.695	6.531.914	6.248.771

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2023	Banco 01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	308.939	308.017
Reversão Provisão PIS e COFINS (Lei 9.718/98) (1)	1.985.185	-	4.235.643	-
Resultado com Cartões	673.533	349.288	1.003.749	691.034
Atualização de Depósitos Judiciais	288.212	244.928	342.931	301.314
Atualização de Impostos a Compensar	255.265	180.217	280.121	276.717
Recuperação de Encargos e Despesas	489.546	873.484	400.686	853.620
Variação Monetária Ativa	-	-	-	215
Outras (2)	328.044	1.675.646	712.388	3.560.101
Total	4.019.785	3.323.563	7.284.457	5.991.018

(1) Reversão de Provisão PIS e COFINS (Lei 9.718/98), vide nota explicativa nº 20.e.

(2) Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, inclui, principalmente, variação cambial, receita de juros, reversões de provisões.

27. Outras Despesas Operacionais**Notas Explicativas**

	01/01 a 30/06/2023	Banco 01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 20.c) (2)	242.205	182.372	1.481.798	196.666
Trabalhistas (Nota 20.c)	1.267.593	495.067	1.357.031	542.090
Cíveis (Nota 20.c)	288.677	2.102	426.431	143.072
Despesas com Cartão de Crédito	1.970.580	1.828.293	1.743.567	1.716.259
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	70.383	136.402	69.867	136.130
Despesas Judiciais e Custas	112.630	81.065	114.745	82.379
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	61.640	62.388	63.986	63.801
Corretagens e Emolumentos	48.257	43.545	48.299	43.545
Comissões	1.222.428	996.027	1.890.772	1.558.597
Outras (1) (2)	1.962.737	1.859.355	4.418.381	3.963.113
Total	7.247.130	5.686.616	11.614.877	8.445.652

(1) Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

(2) Inclui os efeitos da constituição da obrigação de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98). Vide nota 20.e.

28. Resultado Não Operacional

	01/01 a 30/06/2023	Banco 01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Resultado na alienação de Investimentos (1)	-	-	1.104.645	-
Resultado na Alienação de Valores e Bens	15.578	50.628	22.516	32.471
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	2.009	3.957	21.361	19.134
Despesas com Bens não de Uso	(22.221)	(18.748)	(22.316)	(18.851)
Ganhos (Perdas) de Capital	(954)	(25.630)	(973)	(25.508)
Outras Receitas (Despesas) (2)	75.401	392.522	83.410	409.026
Total	69.813	402.729	1.208.643	416.272

(1) O Banco Santander, através da sua subsidiária Santander Corretora de Seguros, investimentos e Serviços S.A. ("SantanderCorretora"), vendeu parte de sua participação acionária na Webmotors S.A. para a Carsales, desfazendo-se assim de 40% do capital social da empresa no Consolidado, conforme detalhado na nota 31.b.

(2) Refere-se basicamente ao resultado não operacional na aquisição da participação societária na CIP em 2022 por método de equivalência patrimonial, no valor antes de impostos de R\$ 347.447 (líquido de tributos: R\$ 191.096), no Banco e no Consolidado.

Notas Explicativas

28 - Planos de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

l) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Notas Explicativas Previdência Social (BandePrev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

III) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o semestre findo em 30 de junho de 2023 foram de R\$ 26.984 (2022 - R\$28.063) no Banco e R\$29.971 (2022 - R\$28.972) no Consolidado. Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2023 foram de R\$ 13.259 (2022 - R\$9.949) no Banco e R\$13.688 (2022 - R\$10.245) no Consolidado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	30/06/2023			Banco 31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(23.964.485)	(4.076)	(1.407.727)	(22.268.687)	(4.217)	(1.413.385)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.168.581	3.658	2.312.597	24.657.040	3.535	2.056.633
	204.096	(418)	904.870	2.388.353	(682)	643.248
Sendo:						
Superávit	1.930.152	-	904.871	3.589.592	-	643.248
Déficit	(1.726.056)	(418)	-	(1.201.239)	(682)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.659.604	-	894.691	3.363.293	-	634.170
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	270.548	-	10.180	226.299	-	9.078
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(1.726.056)	(418)	-	(1.201.239)	(682)	-
Contribuições Efetuadas	172.653	-	(1)	746.407		(2)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(43.065)	(36)	347	(148.919)	(71)	589
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.670.779)	350	10.148	(3.055.055)	50	9.392
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	375.300	407	349.926	1.459.959	645	19.769

Notas Explicativas

	30/06/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(24.417.312)	(4.076)	(1.407.727)	(22.689.118)	(4.217)	(1.413.385)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.818.491	3.658	2.312.597	25.256.549	3.535	2.056.633
	401.179	(418)	904.870	2.567.431	(682)	643.248
Sendo:						
Superávit	2.163.122	-	904.871	3.791.264	-	643.248
Déficit	(1.761.944)	(418)	-	(1.223.833)	(682)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.825.651	-	894.691	3.507.572	-	634.170
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	337.471	-	10.180	283.692	-	9.078
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(1.761.944)	(418)	-	(1.223.833)	(682)	-
Contribuições Efetuadas	172.653	-	(1)	746.407	-	(2)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(41.556)	(36)	347	(153.038)	(71)	589
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.705.117)	350	10.148	(3.094.961)	50	9.392
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	422.236	407	349.926	1.494.535	645	19.769

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	30/06/2023			Banco 31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(500.062)	47	(23.570)	(648.993)	(528)	(43.982)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.229.734)	-	-	1.906.390	308	139.901
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.729.796)	47	(23.570)	1.257.397	(220)	95.919
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(743.551)	252	254.312	785.599	362	(157.636)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(743.551)	252	254.312	785.599	362	(157.636)
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.863.191	-	(229.986)	177.712	-	62.348

	30/06/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(507.251)	47	(23.570)	(696.050)	(528)	(43.982)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.253.568)	-	-	1.947.242	308	139.901
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.760.819)	47	(23.570)	1.251.192	(220)	95.919
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(702.986)	252	254.312	(805.641)	362	(157.636)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(702.986)	252	254.312	(805.641)	362	(157.636)
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.848.082	-	(229.986)	(144.920)	-	62.348

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Notas Explicativas

Planos	30/06/2023	Duração (em Anos) 31/12/2022
Banesprev		
Plano I	8,87	8,87
Plano II	9,83	9,48
Plano III	8,30	8,30
Plano IV	10,11	10,11
Plano V	7,39	7,19
Pré-75	8,07	7,83
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	5,17/4,79/5,67	5,17/4,79/5,67
Sanprev		
Plano I	5,78	5,78
Plano II	9,24	9,24
Plano III	8,25	8,25
Bandeprev		
Plano Básico	7,74	7,74
Plano Especial I	5,61	5,61
Plano Especial II	5,16	5,16
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	5,90	5,9

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Notas Explicativas

55 Os Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	30/06/2023		Banco 31/12/2022		30/06/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.319.703)	(556.630)	(3.884.981)	(550.687)	(4.488.979)	(556.630)	(4.037.977)	(550.687)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.241.383	-	4.758.029	-	5.446.777	-	4.945.407	-
	921.680	(556.630)	873.048	(550.687)	957.798	(556.630)	907.430	(550.687)
Sendo:								
Superávit	921.681	-	873.048	-	957.799	-	907.429	-
Déficit	-	(556.630)	-	(550.687)	-	(556.630)	-	(550.687)
Valor não Reconhecido como Ativo	(921.681)	-	(873.048)	-	957.799	-	907.429	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	-	(556.630)	-	(550.687)	-	(556.630)	-	(550.687)
Contribuições Efetuadas	77.888	19.989	161.605	36.779	79.267	19.989	164.766	36.779
Receitas (Despesas) Reconhecidas	4.040	(27.374)	4.114	(54.462)	4.093	(27.374)	4.006	(54.462)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.460.835)	76.014	(1.377.516)	74.572	(1.437.897)	76.014	(1.355.968)	74.572
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	595.899	-	42.339	-	618.327	-	45.779	-

Nota Explicativa 1 (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	30/06/2023		Banco 31/12/2022		30/06/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(97.739)	1.442	(23.045)	12.643	(101.227)	1.442	(23.501)	12.643
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(347.480)	-	492.989	67.328	(360.331)	-	512.958	67.328
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	126	-	-	-	126
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(445.219)	1.442	469.944	80.097	(461.558)	1.442	489.457	80.097
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	370.628	-	(390.745)	-	385.686	-	(403.979)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	370.628	-	(390.745)	-	385.686	-	(403.979)	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(7.338)	-	(244.178)	-	(7.448)	-	(254.205)	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Planos	Duração (em Anos)	
	30/06/2023	31/12/2022
Cabesp	12,22	11,83
Bandepe	9,79	9,79
Clínica Grátis	8,91	8,91
Diretores Vitalícios	6,88	6,88
Diretores Saúde	22,61	22,61
Circulares (1)	8,74 e 7,98	8,74 e 7,98
Seguro de Vida	7,88	7,88

(1) A duração 8,74 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2022 – 8,74) e 7,98 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2022 – 7,98).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 30 de junho de 2023, válidos para 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Patrimônio	95,1%	95,1%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	4,7%	4,7%

Notas Explicativas

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	30/06/2023		Banco/Consolidado 31/12/2022	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,71% (1) e 9,64%	8,73% (2) e 9,64%	9,44% (1) e 9,64%	9,46% (2) e 9,64%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75;

(2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, teriam os seguintes efeitos:

	30/06/2023		Banco/Consolidado 31/12/2022	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(22.524)	(240.984)	(22.524)	(240.984)
(-)0,5%	24.802	265.351	24.802	265.351
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	-	-		
Aplicada (+) 2 anos	(42.586)	(455.624)	(42.586)	(455.624)
Aplicada (-) 2 anos	45.310	484.763	45.310	484.763
Custo Assistência Médica	-	-		
(+)0,5%	29.297	313.438	29.297	313.438
(-)0,5%	(27.104)	(289.978)	(27.104)	(289.978)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação		01/01 a 30/06/2023		01/01 a 30/06/2022
Notas Explicativas							
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$	- (3)	R\$	40.403 (3)
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$	1.668.000 (5)	R\$	4.002.000 (5)
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$	- (10)	R\$	800.000 (10)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$	18.270.000 (1)	R\$	20.600.000 (1)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$	700.000 (1)	R\$	1.680.000 (1)
		01/2023 a 01/2027	2024, 2025 e 2026	R\$	1.125.000 (1)	R\$	- (1)
		07/2019 a 06/2022	2022		-		111.066 SANB11
		09/2020 a 09/2022	2022		-		309.427 SANB11
		01/2020 a 09/2023	2023		154.720		204.139 SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023		- SANB11 (4)		139.163 SANB11
		01/2021 a 12/2023	2024		316.978		343.863 SANB11
		01/2021 a 12/2024	2024		217.291		24.441 SANB11
		01/2022 a 12/2025	2025		66.323		28.257 SANB11
		01/2021 a 01/2025	2026		50.087		- SANB11
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023			159.253 SAN (6)		159.253 SAN (6)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			832.569 Op. Ações SAN (6)		832.569 Op. Ações SAN (2)
		02/2024			124.184 SAN (7)		124.184 SAN (2)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			370.477 Op. Ações SAN (7)		370.477 Op. Ações SAN (2)
		2025			150.703 SAN (7)		150.703 SAN (2)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			578.713 Op. Ações SAN (7)		578.713 Op. Ações SAN (2)
		2026			199.680 SAN (7)		- SAN (2)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			537.637 Op. Ações SAN (7)		- Op. Ações SAN (2)
		2023, com limite para exercício das opções até 2032		R\$	9.095.000 Ações e opções sobre ações PagoNxt (8)		-
		12/2023			106.147 Ações SAM (9)		- Ações SAM (4)
Saldo dos Planos em 30 de junho de 2023				R\$	20.095.000 (1)	R\$	27.122.403 (1)
				R\$	9.095.000 (8)		- (8)
					805.398 SANB11		1.160.356 SANB11
					633.820 SAN (6)(7)		434.140 SAN (6)(7)
					2.319.396 Op. Ações SAN (2)		1.781.759 Op. Ações SAN (2)
					106.147 SAM (9)		- SAM (9)

(1) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.

(2) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(3) Plano finalizado em 31/12/2021, com atingimento dos indicadores de performance em 72,25%. Em 30/03/2022, foi realizada a entrega de 40.403 ações brutas, correspondente à parcela de 2022. Em 30/03/2023, o plano foi liquidado com a entrega das 40.159 ações brutas restantes.

(4) Plano finalizado, pago em Fev/2023.

(5) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 57.696 ações brutas em 03/2023, calculadas conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(6) Plano finalizado com atingimento 100%. A parte equivalente às ações será paga em espécie em março/2024 (após o lockup) e as opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030.

(7) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(8) Target do plano em ações e opções PagoNxt, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(9) Target do plano em ações e opções SAM, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Notas Explicativas

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos locais e globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP

Atualmente, temos 4 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021 e 2022. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções do Grupo Santander (SAN), com pagamento após um período de diferimento de três anos e liquidação do valor da venda em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 07/01/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

f.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Notas Explicativas

		01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	9.040	12.622
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2.863	1.599

f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Banco		Consolidado	
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2022
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	57.833	18.470	20.026
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	102.517	48.658	49.757

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade**Notas Explicativas****30.1. Descrição do Gerenciamento de Riscos**

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e os clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em (taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, etc).

A Gestão do Risco de Mercado do Santander é aderente à Resolução CMN 4.557 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de limites são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, “gaps” de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos**Notas Explicativas**

A área de Risco Operacional & Controle Interno tem como missão perante o Banco Santander: Corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta muitas transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguras de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance visa supervisionar a adesão às normativas aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, Clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (CFT)

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturamento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

G. Risco Socioambiental

A fim de fomentar o desenvolvimento de negócios onde há adoção de práticas sustentáveis e ainda promover um cenário mais controlado e seguro, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos social, ambiental e climático, para concessão de crédito, dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões. Estes clientes são enquadrados em 14 setores de atenção socioambiental. Esta análise também abrange operações do agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo estes um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura. A diligência para os aspectos sociais, ambientais e climáticos é feita mesmo para os projetos que eventualmente não sejam enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital**Notas Explicativas**

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência Nível I	78.891	75.943,7
Capital Principal	72.686	69.229,0
Capital Complementar (Nota 17.b)	6.205	6.714,7
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 17.b)	13.078	13.109,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	91.970	89.053,5
Risco de Crédito (1)	591.586	559.230,6
Risco de Mercado (2)	34.694	19.332,1
Risco Operacional	56.760	60.073,2
Total de RWA (3)	683.040	638.635,9
Índice de Basileia Nível I	11,55	11,89
Índice de Basileia Capital Principal	10,64	10,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,46	13,94

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWacom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWacam).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações

Notas Explicativas

com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2023.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(4.451)	(123.313)	(246.625)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(109)	(1.484)	(2.968)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(15.148)	(125.039)	(250.079)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(8.271)	(96.106)	(192.211)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(419)	(5.083)	(10.167)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(858)	(21.443)	(42.885)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(3.931)	(45.890)	(91.779)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.454)	(36.348)	(72.696)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(13)	(315)	(629)
Total (1)		(34.652)	(455.020)	(910.040)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(47.474)	(1.697.568)	(3.880.429)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(26.246)	(568.147)	(999.528)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(36.844)	(544.177)	(1.001.766)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(10.178)	(113.205)	(218.708)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.328)	(19.892)	(39.938)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(30.613)	(380.592)	(783.823)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(298)	(7.444)	(14.888)
Total (1)		(152.981)	(3.331.025)	(6.939.080)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias**Notas Explicativas**

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander", "Santander Brasil" ou "Companhia"):

a) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A.

Em 07 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto aos acionistas da Toro Participações S.A. ("Toro Participações"), um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passa a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

c) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas"). A Biomas é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

Em 21 de março de 2023, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passa a deter 16,66% da participação acionária da Biomas.

d) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander, em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição a Lexisnexis passa a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passa a ser titular de 15,559% das ações de emissão da GIC.

e) Venda da totalidade da participação detida pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. no Banque PSA Finance, S.A. e pela Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 29 de novembro de 2022, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") formalizaram, junto ao Banque PSA Finance, S.A. ("Banque PSA") e Stellantis Services Ltd. ("Stellantis Services"), determinado contrato de compra e venda de participações societárias e outras avenças referente a venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A., para o Banque PSA, e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., para a Stellantis Services ("Operação").

A efetivação da operação estará sujeita à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

f) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda.

Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617.559,32 e a Liderança em R\$ 267.027.054,61, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. como o único acionista da Return e único sócio da Liderança.

g) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.**Notas Explicativas**

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a ser o único sócio da sociedade. Em 30 de setembro de 2022, estava pendente a integralização do capital. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

h) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

i) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

j) Aquisição de Participação Societária na Monetis Investimentos Ltda. e Monetis Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetis Investimentos Ltda., e Monetis Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetis"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetis ("Operação"). A Monetis, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

k) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

32. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 54.576.197 (31/12/2022 - R\$ 49.017.204) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 12.088.729 (31/12/2022 - R\$ 18.934.221) e o total de fundos de investimento administrados é de R\$ 270.768.586 (31/12/2022 - R\$ 275.279.164) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2023, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2022 - R\$ 9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2023, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2022 - R\$ 1.546.050).

d) Entre 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

Notas Explicativas

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Até 1 Ano	718.464	284.945
Entre 1 a 5 Anos	1.488.617	1.044.715
Mais de 5 Anos	957.458	224.536
Total	3.164.539	1.554.196

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$668 (31/12/2022 - R\$700) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2022, foram no valor de R\$375.340 (2022 - R\$391.408).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

					2023
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	79.468.894	79.468.894	9.182.773	65.355.279	4.930.842
Títulos e Valores Mobiliários	243.659.514	243.462.855	168.831.185	9.993.400	64.638.270
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.815.007	29.815.007	-	29.371.773	443.234
Operações de Crédito	415.231.655	413.447.726	-	-	413.447.726
Total	768.175.070	766.194.482	178.013.958	104.720.452	483.460.072

Em milhares de Reais

					2022
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.677.251	69.677.251	7.828.888	57.043.732	4.804.631
Títulos e Valores Mobiliários	206.243.602	206.044.571	138.840.517	14.148.955	53.055.099
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.115.580	21.115.580	-	20.842.648	272.932
Operações de Crédito	411.414.378	407.040.905	-	-	407.040.905
Total	708.450.811	703.878.307	146.669.405	92.035.335	465.173.567

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco e seus respectivos valores de mercado em 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022:

Em milhares de Reais

					2023
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	439.296.689	439.298.494	-	-	439.298.494
Captações no Mercado Aberto	112.549.700	112.521.159	-	112.521.159	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	89.937.508	89.937.508	-	-	89.937.508
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	149.672.988	150.248.600	-	-	150.248.600
Instrumentos Financeiros Derivativos	27.873.877	27.873.877	-	27.575.176	298.701
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.008.268	19.008.268	-	-	19.008.268
Total	838.339.030	838.887.906	-	140.096.335	698.791.571

Em milhares de Reais

					2022
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	420.928.829	420.911.528	-	-	420.911.528
Captações no Mercado Aberto	109.760.924	109.736.191	-	109.736.191	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	81.721.122	81.721.121	-	-	81.721.121
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	127.409.086	125.851.388	-	-	125.851.388
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.858.420	19.858.420	-	19.624.658	233.762
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.537.618	-	-	19.537.618
Total	779.215.999	777.616.266	-	129.360.849	648.255.417

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

						Banco
						2022
						2023
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2023	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2022
Receitas da Intermediação Financeira	42.873.602	-	42.873.602	37.482.298	-	37.482.298
Despesas da Intermediação Financeira	(38.481.756)	-	(38.481.756)	(25.180.421)	-	(25.180.421)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	4.391.846	-	4.391.846	12.301.877	-	12.301.877
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(2.904.432)	(111.695)	(3.016.127)	(3.215.251)	(115.848)	(3.331.099)

Resultado Operacional	1.487.414	(111.695)	1.375.719	9.086.626	(115.848)	8.970.778
------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Notas Explicativas

Resultado não Operacional	69.813	-	69.813	55.282	347.447	402.729
----------------------------------	---------------	----------	---------------	---------------	----------------	----------------

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.557.227	(111.695)	1.445.532	9.141.908	231.599	9.373.507
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	3.454.043	49.786	3.503.829	(537.600)	(111.524)	(649.124)
Participações no Lucro	(766.337)	-	(766.337)	(947.998)	-	(947.998)
Lucro Líquido	4.244.933	(61.909)	4.183.024	7.656.310	120.075	7.776.385

	2023			Consolidado		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2023	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2022
Receitas da Intermediação Financeira	49.301.544	-	49.301.544	42.399.620	-	42.399.620
Despesas da Intermediação Financeira	(37.843.486)	-	(37.843.486)	(25.915.755)	-	(25.915.755)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	11.458.058	-	11.458.058	16.483.865	-	16.483.865
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(8.114.931)	(188.796)	(8.303.727)	(5.385.215)	(165.991)	(5.551.206)
Resultado Operacional	3.343.127	(188.796)	3.154.331	11.098.650	(165.991)	10.932.659
Resultado não Operacional (b)	103.998	1.104.645	1.208.643	68.825	347.447	416.272
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	3.447.125	915.849	4.362.974	11.167.476	181.455	11.348.931
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b)	1.204.495	(291.097)	913.398	(2.176.947)	(111.524)	(2.288.471)
Participações no Lucro	(1.014.159)	-	(1.014.159)	(1.039.055)	-	(1.039.055)
Participações dos Acionistas Minoritários	(51.922)	-	(51.922)	(98.716)	-	(98.716)
Lucro Líquido	3.585.539	624.752	4.210.291	7.852.757	69.932	7.922.689

- a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$111.695 e R\$188.796 (2022 – R\$115.848 e R\$165.991) no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R\$61.909 e R\$84.482 (2022 – R\$102.394 e R\$121.164).
- b) O Banco Santander, através da sua subsidiária Santander Corretora de Seguros S.A. vendeu parte de sua participação acionária na Webmotors S.A., no valor de R\$1.104.645, antes dos efeitos fiscais (R\$ 375.579), para a Carsales, desfazendo-se assim de 40% do capital social da empresa, conforme detalhado na nota 31.b.

33. Eventos Subsequentes**a) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio**

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 13 de julho de 2023, foi apresentada aos Conselheiros a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas até o dia 30 de abril de 2024, respectivamente, para a declaração e o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia com base no resultado do trimestre encerrado em 30 de junho de 2023, no montante bruto de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Os juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023.

b) Joint venture entre, de um lado, Banco Santander e, do outro lado, Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 24 de julho de 2023, o Banco Santander celebrou, em conjunto com Sodexo Pass International ("SPI") e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda. ("SPDBI" e, em conjunto com a SPI, "Grupo Sodexo"), determinado acordo de joint venture para a exploração do negócio de marketing e venda de produtos de pagamento de incentivos e benefícios exclusivamente do Grupo Sodexo, no Brasil, através do canal de distribuição do Banco Santander ("Joint Venture"). A Joint Venture será efetivada por meio da contribuição (i) da Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamento S.A. ("Ben"), sua companhia controlada que atua no segmento de benefícios, e (ii) de uma exclusividade por 25 anos de direitos de uso do canal de distribuição do Banco Santander pela Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. ("Sodexo Brasil"), atualmente detida integralmente pelo Grupo Sodexo. Como resultado da operação, a Sodexo Brasil será o veículo da Joint Venture, na qual o Banco Santander e o Grupo Sodexo deterão inicialmente participações de 20% e 80%, respectivamente.

A efetivação da operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais para transações desta natureza, incluindo a obtenção de autorizações regulatórias pertinentes, tais como CADE e Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

- 2. Notas Explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS)- IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias.**

Notas Explicativas

4. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas para o período findo em 30 junho de 2023 na reunião realizada em 25 de julho de 2023.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem modificação dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas (preparadas de acordo com o IAS 34)

As Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas foram elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

Para fins de melhor comparabilidade, foram reclassificados, na demonstração de fluxos de caixa, alguns saldos comparativos referentes a resultado em garantias financeiras prestadas, efeitos das mudanças das taxas de câmbio em ativos e passivos e redução (aumento) em outros ativos e passivos financeiros.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- IFRS 17 - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander avaliou e concluiu que o impacto da adoção IFRS 17 é imaterial.

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: o objetivo é esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impacto para o Santander.

- **Alteração ao IAS 8** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Sem impacto para o Santander.

- **Alteração ao IAS 12** - Tributos sobre o Lucro: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. O Santander já adota esse procedimento.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Notas Explicativas

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da Administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

A nota 18.b das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2023, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

A nota 6 das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2023, apresentam a prática contábil e medidas de mensuração do risco de crédito, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.w. das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

Notas Explicativas

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.q apresenta informações e eventuais mudanças significativas sobre as provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 7.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.z das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas**2. Base para consolidação**

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 5.

	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2023	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	31.857	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.(Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	105	-	0,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	0,00%	62,51%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	14,78%

Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores**Mobiliários Ltda.**
Toro Investimentos S.A.**Notas Explicativas**

	Investimentos	228.461	-	0,00%	76,55%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Monetus Investimentos S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.					
Mob Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	20	-	0,00%	100,00%
Controlada da Monetus Investimentos S.A.					
Monetus Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	3.010	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
 - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
 - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
 - Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
 - Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
 - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
 - Venda de Veículos Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
 - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
 - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
 - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado;
 - Atual – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (5);
 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet (6);
 - Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (7) e;
 - San Créditos Estruturados – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizado (7).
- (8) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.
- (9) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (10) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (11) A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa que adquiriu determinadas operações de crédito do Banco Santander (vencidas a mais de 360 dias) e controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.
- (12) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.
- (13) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.
- (14) Estes fundos passaram a ser consolidados em novembro de 2022 e são controlados através da Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A., detém 100% das cotas destes fundos.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

I) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A.

Em 07 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto aos acionistas da Toro Participações S.A. ("Toro Participações"), um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

Notas Explicativas

m) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passa a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

n) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas"). A Biomas é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

Em 21 de março de 2023, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passa a deter 16,66% da participação acionária da Biomas.

o) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander, em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição a Lexisnexis passa a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passa a ser titular de 15,559% das ações de emissão da GIC.

p) Venda da totalidade da participação detida pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. no Banque PSA Finance, S.A. e pela Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 29 de novembro de 2022, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") formalizaram, junto ao Banque PSA Finance, S.A. ("Banque PSA") e Stellantis Services Ltd. ("Stellantis Services"), determinado contrato de compra e venda de participações societárias e outras avenças referente a venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A., para o Banque PSA, e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., para a Stellantis Services ("Operação").

A efetivação da Operação estará sujeita à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

q) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda.

Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617.559,32 e a Liderança em R\$ 267.027.054,61, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. como o único acionista da Return e único sócio da Liderança.

r) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a ser o único sócio da sociedade. Em 30 de setembro de 2022, estava pendente a integralização do capital. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

s) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais**Notas Explicativas**

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

t) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

u) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

v) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

3. 3. Ativos Financeiros**a) Classificação por natureza e categoria**

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

30/06/2023

Notas Explicativas

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	60.674.321	-	77.419.887	138.094.208
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	28.823.598	28.823.598
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	28.831.166	28.831.166
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(7.568)	(7.568)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.600.835	-	497.705.744	499.306.579
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	1.600.835	-	530.430.468	532.031.303
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(32.724.724)	(32.724.724)
Instrumentos de dívida	78.697.271	52.496.072	108.190.462	239.383.805
Sendo:				
Instrumentos de dívida	78.697.271	52.496.072	109.433.241	240.626.584
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(1.242.779)	(1.242.779)
Instrumentos de patrimônio	3.296.992	23.886	-	3.320.878
Derivativos	31.199.726	-	-	31.199.726
Total	175.469.145	52.519.958	712.139.691	940.128.794

31/12/2022

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	54.589.781	-	73.046.299	127.636.080
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	20.713.315	20.713.315
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	20.725.914	20.725.914
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(12.599)	(12.599)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.894.282	-	488.735.746	490.630.028
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	1.894.282	-	522.761.008	524.655.290
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(34.025.262)	(34.025.262)
Instrumentos de dívida	66.191.454	55.392.178	81.329.013	202.912.645
Sendo:				
Instrumentos de dívida	66.191.454	55.392.178	82.502.775	204.086.407
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(1.173.762)	(1.173.762)
Instrumentos de patrimônio	2.605.279	33.493	-	2.638.772
Derivativos	20.234.506	-	-	20.234.506
Total	145.515.302	55.425.671	663.824.373	864.765.346

(1) Em 30 de junho de 2023, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações da carteira de crédito cedida é de R\$ 29.869 (31/12/2022 – R\$32.647) e R\$ 29.198(31/12/2022 - R\$32.138) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às Demonstrações Financeiras Intermediárias consolidadas do Banco referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Notas Explicativas

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de junho de 2023 o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (impairment). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança do modelo de negócios de títulos e valores mobiliários, de mantidos com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais e vender para mantidos com o objetivo de coletar de fluxos de caixa contratuais, no montante de R\$11 bilhões sem impacto em resultado, sendo o saldo em Patrimônio Líquido estornado integralmente.

Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/20 e, com o objetivo de adequar as novas condições de gestão de risco de taxa de juros, os títulos públicos pré-fixados LTNs que eram utilizados para cobertura do diferencial de juros foram reclassificados, em 01 de abril de 2022. Tal mudança na legislação acarreta em alteração do Modelo de Gestão utilizado pela Administração para gestão desses títulos, e avalia-se que as LTNs com vencimento em 2024, não se enquadram mais em modelos de "Mantidos para Coletar e Vender", sendo que, com a extinção da assimetria fiscal dos investimentos no exterior, tais títulos serão utilizados exclusivamente com objetivos de coletar fluxos de caixa.

Dessa forma, com a reclassificação realizada em 01 de abril de 2022, os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024 deixam de ser registrados a Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, e passam a ter efeito Somente de Pagamento de Principal e Juros. Tal evento acarreta na reversão integral do montante da marcação à mercado registrada em Outros Resultado Abrangentes na data da reclassificação no total bruto de R\$ 1.025 milhões, reduzindo, em contrapartida, o valor do ativo registrado.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito, adiantamentos a clientes e Instrumento de Dívida

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito, Adiantamentos a Clientes e Instrumento de Dívida" ⁽¹⁾ nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo no início do período	35.211.623	29.723.377
Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros	13.653.612	10.819.397
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(14.868.938)	(7.886.781)
Variação Cambial	(21.226)	(26.372)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	33.975.071	32.655.993
Provisões para compromissos contingentes (Nota 10.a)	432.684	722.013
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	34.407.755	33.351.634
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	889.393	394.699
Desconto Concedido	(1.344.259)	(940.206)

Considerando os valores reconhecidos em "Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R\$14.108.478 e R\$11.364.934 nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022 são os seguintes:

Notas Explicativas

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo no início do período	39.146.979	26.923.312
Adições líquidas	17.265.368	16.479.086
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(16.205.843)	(8.829.821)
Saldo no final do período	40.206.503	34.572.577

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022.

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo no início do período	340.005	908.027
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	73.450	(186.014)
Saldo no final do período	413.455	722.013

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntosControle Conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas comerciais, financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			30/06/2023	31/12/2022
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (3)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	Outras Atividades	Brasil	20,00%	20,00%
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,67%	0,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Tecban				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
CIP S.A. (4)	Outras Atividades	Brasil	17,87%	17,87%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. (2)(5)	Outras Atividades	Brasil	30,00%	70,00%

Notas Explicativas

	30/06/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle Conjunto do Banco Santander	12.813.584	12.764.179	61.826	13.013.828	12.914.541	169.596
Banco RCI Brasil S.A.	11.304.323	11.243.240	61.082	11.232.921	11.078.109	211.111
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	6.849	6.776	90	6.831	11.427	390
Gestora de Inteligência de Crédito	1.274.534	1.296.492	(18.963)	1.565.100	1.642.454	(68.330)
Santander Auto S.A.	227.880	217.671	19.617	208.976	182.551	26.425
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.871.200	2.884.902	(13.703)	3.199.816	3.143.227	56.588
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.615.998	2.634.896	(18.898)	2.973.912	2.921.075	52.837
Hyundai Corretora de Seguros	4.306	4.069	237	4.025	4.037	(12)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	6.151	3.700	2.452	5.400	3.358	2.041
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	214.033	211.953	2.080	216.479	214.757	1.722
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	30.711	30.284	426	-	-	-
Influência Significativa do Banco Santander	2.853.144	2.620.742	232.401	2.652.068	2.374.932	277.136
CIP S.A.	2.853.144	2.620.742	232.401	2.652.068	2.374.932	277.136
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	436.130	387.952	48.178	393.592	316.559	77.033
Webmotors S.A.	436.130	387.952	48.178	393.592	316.559	77.033
Total	18.974.058	18.657.775	328.702	19.259.304	18.749.259	580.353

- (1) O Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (2) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (3) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
- (4) Em março de 2022, ocorreu a Desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova sociedade CIP S.A., com fins lucrativos.
- (5) O Banco Santander Brasil S.A, através da sua Subsidiária Santander Corretora de Seguros vendeu parte da sua participação acionária na Webmotors S.A, para a Carsales, desfazendo-se assim de 40% do capital social da empresa no Consolidado, conforme detalhado na nota 2.

	Investimentos		Resultado	
	30/06/2023	31/12/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Controle conjunto do Banco Santander	597.052	645.686	31.235	17.773
Banco RCI Brasil S.A.	497.781	552.572	24.366	22.458
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	756	746	10	17
Gestora de Inteligência de Crédito	58.992	61.590	(2.950)	(10.013)
Santander Auto S.A.	39.523	30.778	9.809	5.311
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	286.718	288.006	(4.236)	11.439
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	236.619	243.649	(4.978)	11.321
Hyundai Corretora de Seguros	1.372	1.254	118	(86)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	1.766	540	1.226	204
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	41.890	42.563	(673)	-
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	5.071	-	71	-
Influência Significativa do Banco Santander	445.852	407.441	52.613	16.833
CIP S.A	445.852	407.441	52.613	16.833
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	226.954	386.437	26.281	19.814
Webmotors S.A.	226.954	386.437	26.281	19.814
Total	1.556.576	1.727.570	105.893	65.859

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022:

Notas Explicativas

	01/01 a 30/06/2023		01/01 a 30/06/2022	
	Controle Conjunto	Influência Significativa	Controle Conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	1.320.129	407.441	1.232.646	-
Mudança de escopo de consolidação	(386.437)	386.437	(11.604)	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(32.055)	(895)	412	-
Baixas	353	(185.169)	(255)	-
Resultados equivalência patrimonial	26.999	78.894	65.859	-
Dividendos propostos/recebidos	(50.218)	(13.956)	(12.054)	-
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	5.000	54	50.430	356.745
Saldo no final do período	883.770	672.806	1.325.434	356.745
Total dos Investimentos		1.556.576		1.682.179

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

d) Outras informações

Detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 30 de junho de 2023 e 2022.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	1.720.703	1.596.896	2.908.708	1.976.596	(12.140)	8.190.763
Adições	88.618	436.118	312.962	23.652	-	861.350
Baixas	(93.513)	(59.464)	(110.137)	(181.737)	-	(444.851)
Depreciações do período	(203.455)	(2.725)	(470.433)	(274.300)	-	(950.913)
Transferências	71.325	(122.104)	64.202	-	-	13.423
SalDOS em 30 de junho de 2023	1.583.678	1.848.721	2.705.302	1.544.211	(12.140)	7.669.772
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	1.803.756	1.690.184	2.982.561	2.319.424	(12.140)	8.783.785
Adições	58.444	27	381.035	143.883	-	583.389
Baixa	(8.195)	(27.968)	(26.407)	(30.882)	-	(93.452)
Depreciações do período	(45.983)	(160.326)	(430.370)	(288.142)	-	(924.821)
Transferências	(61.788)	190.610	(182.567)	-	-	(53.745)
SalDOS em 30 de junho de 2022	1.746.234	1.692.527	2.724.252	2.144.283	(12.140)	8.295.156

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 30 de junho de 2023 não houve impacto de uma despesa de impairment.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2023, o Banco não possui valores compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2022 – R\$50.047)

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 1.c.2.1.v) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 15).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 30 de junho de 2023. Ao longo do primeiro trimestre de 2023, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

	30/06/2023	31/12/2022
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.770	160.771
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	184.447	236.626
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.590	32.590
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	38.280	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	5.271	5.271
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	9.777	9.777
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	39.589	39.589
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	42.135
Total	27.851.081	27.889.327

	Banco Comercial 31/12/2022
Principais premissas:	
Bases para determinação do valor recuperável	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	5,1%
Taxa de desconto (2)	12,9%

- (1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
- (2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos em 31 de dezembro de 2022 foi de 19,09%.

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente. Ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. Para o semestre de 2023 e exercício de 2022 não houve evidências de impairment. No teste de recuperabilidade do ágio, efetuado considerando-se o cenário de dezembro de 2022, e cujas taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados, verificou-se que esses continuam a indicar a inexistência de impairment.

Notas Explicativas**8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis**

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2022 a 30/06/2023			31/12/2021 a 30/06/2022		
	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	3.457.640	255.767	3.713.407	2.723.667	147.652	2.871.319
Adições	860.596	79.144	939.740	545.725	55.081	600.806
Baixas	(202.989)	(1.277)	(204.266)	(128.279)	(678)	(128.957)
Transferências	29.531	(15.323)	14.208	278.828	(27.288)	251.540
Amortizações no período	(392.409)	(31.114)	(423.523)	(317.450)	(14.675)	(332.125)
Impairment no período	(1.414)	(3.723)	(5.137)	(10.792)	(2.269)	(13.061)
Saldo final	3.750.955	283.474	4.034.429	3.091.699	157.823	3.249.522
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos financeiros**a) Classificação por natureza e categoria**

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

30/06/2023			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	123.112.350	123.112.350
Depósitos de clientes	-	511.040.435	511.040.435
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.966.253	127.042.251	134.008.504
Derivativos	27.662.977	-	27.662.977
Posições vendidas	27.513.726	-	27.513.726
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	19.008.268	19.008.268
Outros passivos financeiros	-	71.662.652	71.662.652
Total	62.142.956	851.865.956	914.008.912

31/12/2022			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	116.079.014	116.079.014
Depósitos de clientes	-	489.953.489	489.953.489
Obrigações por títulos e valores mobiliários	8.921.518	107.120.875	116.042.393
Derivativos	18.699.325	-	18.699.325
Posições vendidas	22.047.423	-	22.047.423
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	19.537.618	19.537.618
Outros passivos financeiros	-	62.593.104	62.593.104
Total	49.668.266	795.284.100	844.952.366

b) Composição e detalhes**b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito**

	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos à vista (1)	4.332.221	3.520.842
Depósitos a prazo (2)	99.067.563	87.824.144
Operações compromissadas	19.712.566	24.734.028

Sendo:

Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	29.990	70.188
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	19.682.576	24.663.840
Total	123.112.350	116.079.014

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	93.940.687	86.777.993
Contas correntes (1)	36.304.599	26.607.407
Cadernetas de poupança	57.636.088	60.170.586
Depósitos a prazo	350.970.652	339.943.008
Operações compromissadas	66.129.096	63.232.488
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	18.496.040	17.309.369
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	47.633.056	45.923.119
Total	511.040.435	489.953.489

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/06/2023	31/12/2022
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	39.009.240	34.997.824
Eurobonds	16.301.353	14.508.126
Letras financeiras (2)	31.359.168	33.713.048
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	32.589.112	24.045.319
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	14.749.631	8.778.076
Total	134.008.504	116.042.393

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de Junho de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2030 (31/12/2022 – com prazo de vencimento entre 2023 e 2028).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de Junho de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2033 (31/12/2022 - com prazo de vencimento entre 2023 e 2032).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de Junho de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2035 (31/12/2022 - com prazo de vencimento entre 2023 e 2035).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" no período findo em 30 de junho de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo no início do período	107.120.875	79.036.792
Emissões	47.232.812	38.506.347
Pagamentos	(25.358.540)	(22.123.313)
Juros	3.105.479	107.740
Variação cambial e outros	1.907.878	151.948
Saldo no final do período	134.008.504	95.679.514

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2023	2022
2019	2027	Até 6,4% + CDI	-	32.204
2020	2027	Até 6,4% + CDI	31.337	90.069
2021	2031	Até 9% + CDI	3.506.883	6.306.335
2022	2035	Até 9% + CDI	3.498.214	8.079.519
2023	2035	Até 9% + CDI	9.264.919	-
Total			16.301.353	14.508.127

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

Notas Explicativas	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	30/06/2023	31/12/2022
		sem prazo				
Nível I (1)	nov-18	(perpétuo)	US\$1.250	7,3%	6.087.085	6.591.740
Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,1%	6.077.296	6.580.937
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	6.595.222	6.133.677
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	248.665	231.264
Total					19.008.268	19.537.618

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldos no início do período	19.537.618	19.641.408
Juros Nível I (1)	108.521	115.577
Juros Nível II (1)	92.049	98.035
Variação Cambial	(308.064)	(285.531)
Pagamento de juros - Nível I	(237.147)	(237.347)
Pagamento de juros - Nível II	(184.709)	200.517
Saldo no final do período	19.008.268	19.131.625

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	30/06/2023	31/12/2022
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	2.318.992	1.775.202
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	8.330.402	7.339.941
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	7.769.801	6.754.262
Sendo:		
Cíveis	3.013.383	2.875.936
Trabalhistas	2.495.579	1.700.752
Fiscais e Previdenciárias	2.260.839	2.177.574
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	432.684	430.484
Provisões diversas	127.421	154.700
Total	10.649.394	9.115.143

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias**Notas Explicativas****Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável**

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$1.058.014 (31/12/2022 - R\$1.016.253 Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$135.757 no Consolidado (31/12/2022 - R\$133.593 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$377.198 no Consolidado (31/12/2022 - R\$319.020 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 10.b.4.

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro correspondente de cada representado e a AFABESP interpôs recurso que foi negado provimento, motivo pelo qual a decisão transitou em julgado.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença, razão pela qual já foram distribuídas aproximadamente 6,7 mil ações de cumprimento individual da sentença coletiva.

Em 30 de junho de 2023 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

Notas Explicativas

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$33.002 milhões no Consolidado (31/12/2022 - R\$31.522 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

Notas Explicativas

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentará novo recurso em relação ao PIS. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2023, o valor envolvido é de aproximadamente R\$1.947 milhões. Para as demais ações judiciais, estão constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$8.650 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$5.005 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$4.526 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.593 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.728 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.192 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$722 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$536 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$862 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$328 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Notas Explicativas

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPD – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPD para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos foram julgados improcedentes, motivo pelo qual foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário, ambos, pendentes de admissibilidade. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é provisionado tendo em vista que não há lista de representados devidamente homologada nos autos, bem como a execução permanece suspensa.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.673 milhões no Consolidado, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou uma nova liquidação de sentença. Acordo realizado no valor de R\$ 44 milhões. Processo extinto.

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

b.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza cíveis, no montante de R\$496 (31/12/2022 – R\$496) no Banco e no Consolidado, sem ações de naturezas fiscais e trabalhistas, registrados em outros passivos de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2023			Em Milhares de Ações 31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	117.388	143.186	260.574	120.850	146.392	267.242
De Domiciliados no Exterior	3.701.307	3.536.650	7.237.957	3.697.845	3.533.444	7.231.289
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(27.064)	(27.064)	(54.128)	(31.162)	(31.162)	(62.324)
Total em Circulação	3.791.631	3.652.772	7.444.403	3.787.533	3.648.674	7.436.207

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

		30/06/2023					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Total	3.200.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023.

		31/12/2022					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(6)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59	388,68
Dividendos (4)(6)	820.000	105,02	115,53	220,55	105,02	115,53	220,55
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	880.000	112,71	123,98	236,69	95,80	105,38	201,19
Total	8.100.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2022, pagos no dia 06 de setembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de outubro de 2022, pagos no dia 22 de novembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

(6) Serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria**Notas Explicativas**

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de junho de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2023, o Banco Santander possuía 346.782.487 ações ordinárias e 374.586.900 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

		Banco/Consolidado	
		Em Milhares de	
		Ações	
		30/06/2023	31/12/2022
		Quantidade	Quantidade
		Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		31.161	15.755
Aquisições de Ações		871	20.297
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(4.968)	(4.891)
Ações em Tesouraria no Final do Período		27.064	31.161
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	1.101.264	R\$ 1.217.545
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771	R\$ 1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	1.103.035	R\$ 1.219.316
Custo/Cotação da Ação		Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55	R\$ 7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,62	R\$ 27,73
Custo Máximo (*)	R\$	49,55	R\$ 49,55
Cotação da Ação	R\$	30,63	R\$ 28,19

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de seis meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2023	30/06/2022
Resultado Operacional antes da tributação	5.804.664	11.361.543
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	(2.612.099)	(5.112.694)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(1.103.036)	(1.030.458)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	47.652	29.636
Ágio	-	(60.661)
Variação cambial - filiais no exterior (2)	-	-
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (3)	591.927	893.550
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	(49.883)	33.821
Juros sobre o capital próprio	1.295.670	1.127.349
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4)	380.569	283.407
Outros ajustes	296.900	481.469
Impostos sobre a renda	(1.152.300)	(3.354.581)
Sendo:		
Impostos correntes	(4.021.072)	(3.347.244)
Impostos diferidos	2.868.772	(7.337)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(3) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 15%.

13. Detalhamento de contas de resultado**Notas Explicativas**

	01/04 a 30/06/2023	01/04 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Remuneração direta	1.533.788	1.450.805	3.153.823	3.039.181
Encargos	399.001	348.983	784.431	685.957
Benefícios	415.045	388.452	806.882	771.715
Planos de pensão de benefício definido	333	1.693	1.786	2.726
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	41.727	29.290	116.072	79.154
Remuneração baseada em ações	60.926	2.428	70.588	11.660
Treinamento	10.654	14.319	31.068	28.258
Outras despesas de pessoal	182.376	99.328	345.234	168.148
Total	2.643.850	2.335.298	5.309.884	4.786.799

b) Outras Despesas Administrativas

	01/04 a 30/06/2023	01/04 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Imóveis, instalações e materiais	227.335	232.657	438.325	477.179
Tecnologia e sistemas	482.254	598.745	1.058.523	1.236.548
Publicidade	148.196	147.128	311.454	263.007
Comunicações	81.669	134.702	153.945	229.840
Ajudas de custo e despesas de viagem	40.692	(22.060)	75.526	(689)
Tributos exceto imposto sobre a renda	40.157	124.622	71.226	154.336
Serviços de vigilância e transporte de valores	137.516	147.917	275.937	287.716
Prêmios de seguros	6.486	3.620	16.726	7.390
Serviços técnicos especializados	669.580	583.986	1.219.535	1.125.131
Outras despesas administrativas	281.750	(45.285)	595.530	178.529
Total	2.115.635	1.906.032	4.216.727	3.958.987

Notas Explicativas em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$ - (3)	R\$ 40.403 (3)
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 1.668.000 (5)	R\$ 4.002.000 (5)
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ - (10)	R\$ 800.000 (10)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$ 18.270.000 (1)	R\$ 20.600.000 (1)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 700.000 (1)	R\$ 1.680.000 (1)
		01/2023 a 01/2027	2024, 2025 e 2026	R\$ 1.125.000 (1)	R\$ - (1)
		07/2019 a 06/2022	2022	-	111.066 SANB11
		09/2020 a 09/2022	2022	-	309.427 SANB11
		01/2020 a 09/2023	2023	154.720	204.139 SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023	- SANB11 (4)	139.163 SANB11
		01/2021 a 12/2023	2024	316.978	343.863 SANB11
		01/2021 a 12/2024	2024	217.291	24.441 SANB11
		01/2022 a 12/2025	2025	66.323	28.257 SANB11
		01/2021 a 01/2025	2026	50.087	- SANB11
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023		159.253 SAN (6)	159.253 SAN (6)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		832.569 Op. Ações SAN (6)	832.569 Op. Ações SAN (2)
		02/2024		124.184 SAN (7)	124.184 SAN (2)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		370.477 Op. Ações SAN (7)	370.477 Op. Ações SAN (2)
		2025		150.703 SAN (7)	150.703 SAN (2)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030		578.713 Op. Ações SAN (7)	578.713 Op. Ações SAN (2)
		2026		199.680 SAN (7)	- SAN (2)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033		537.637 Op. Ações SAN (7)	- Op. Ações SAN (2)
		2023, com limite para exercício das opções até 2032	R\$	9.095.000 Ações e opções sobre ações PagoNxt (8)	-
		12/2023		106.147 Ações SAM (9)	- Ações SAM (4)
Saldo dos Planos em 30 de junho de 2023			R\$	20.095.000 (1)	R\$ 27.122.403 (1)
			R\$	9.095.000 (8)	- (8)
				805.398 SANB11	1.160.356 SANB11
				633.820 SAN (6)(7)	434.140 SAN (6)(7)
				2.319.396 Op. Ações SAN (2)	1.781.759 Op. Ações SAN (2)
				106.147 SAM (9)	- SAM (9)

(1) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.

Notas Explicativas

(2) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(3) Plano finalizado em 31/12/2021, com atingimento dos indicadores de performance em 72,25%. Em 30/03/2022, foi realizada a entrega de 40.403 ações brutas, correspondente à parcela de 2022. Em 30/03/2023, o plano foi liquidado com a entrega das 40.159 ações brutas restantes.

(4) Plano finalizado, pago em Fev/2023.

(5) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 57.696 ações brutas em 03/2023, calculadas conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(6) Plano finalizado com atingimento 100%. A parte equivalente às ações será paga em espécie em março/2024 (após o lockup) e as opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030.

(7) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(8) Target do plano em ações e opções PagoNxt, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(9) Target do plano em ações e opções SAM, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(10) Plano baixado, sem atingimento.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP

Atualmente, temos 4 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021 e 2022. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções do Grupo Santander (SAN), com pagamento após um período de diferimento de três anos e liquidação do valor da venda em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 07/01/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Notas Explicativas

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2022
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	9.040	12.622
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2.863	1.599

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	57.309	19.421
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	105.183	49.898

15. Segmentos operacionais**Notas Explicativas**

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

	01/01 a 30/06/2023			01/01 a 30/06/2022		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	22.002.931	393.277	22.396.208	23.167.279	1.783.541	24.950.820
Receitas de instrumentos de patrimônio	9.336	19.217	28.553	3.200	16.804	20.004
Resultado de equivalência patrimonial	83.636	22.257	105.893	47.846	18.013	65.859
Receitas líquidas de tarifas e comissões	6.589.504	1.193.899	7.783.403	6.314.471	1.104.971	7.419.442
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(1.294.144)	3.438.895	2.144.751	(412.394)	1.581.430	1.169.036
Outras receitas (despesas) operacionais	(315.948)	(69.205)	(385.153)	15.177	(40.514)	(25.337)
TOTAL DE RECEITAS	27.075.315	4.998.340	32.073.655	29.135.579	4.464.245	33.599.824
Despesas com pessoal	(4.818.398)	(491.486)	(5.309.884)	(4.391.373)	(395.426)	(4.786.799)
Outras despesas administrativas	(3.788.952)	(427.775)	(4.216.727)	(3.655.983)	(303.004)	(3.958.987)
Depreciação e amortização	(1.316.373)	(58.063)	(1.374.436)	(1.207.248)	(49.698)	(1.256.946)
Provisões (líquidas)	(2.144.525)	(16.274)	(2.160.799)	(892.640)	(3.216)	(895.856)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.384.763)	(723.715)	(14.108.478)	(11.420.539)	55.605	(11.364.934)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(67.267)	(89)	(67.356)	(46.879)	(9.580)	(56.459)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	968.689	-	968.689	81.700	-	81.700
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	2.523.726	3.280.938	5.804.664	7.602.618	3.758.925	11.361.543
Hedge Cambial (1)	(154)	-	(154)	(122)	-	(122)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	2.523.572	3.280.938	5.804.510	7.602.496	3.758.925	11.361.420

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

	30/06/2023			31/12/2022		
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	959.384.432	98.820.102	1.058.204.534	886.630.727	98.820.102	985.450.829
Empréstimos e adiantamentos a clientes	421.455.954	77.850.625	499.306.579	417.773.158	72.856.870	490.630.028
Depósitos de clientes	370.661.975	140.378.460	511.040.435	356.744.926	133.208.563	489.953.489

16. Transações com partes relacionadas**Notas Explicativas**

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2023, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta será objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizada em 28 de abril de 2023.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Remuneração Fixa	75.444	58.192
Remuneração variável - Em espécie	56.678	86.442
Remuneração variável - Em ações	50.477	70.828
Outras	28.636	23.753
Total Benefícios de Curto Prazo	211.235	239.215
Remuneração variável - Em espécie	68.908	82.643
Remuneração variável - Em ações	68.507	87.468
Total Benefícios de Longo Prazo	137.415	170.111
Total	348.650	409.326

Adicionalmente, no período findo em 30 de junho de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$23.645 (30/06/2022 - R\$ 18.493).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios poderão ser descontinuados.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - Diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - Pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%; e

IV - Pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

						Em Milhares de Ações 30/06/2023
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Ações	Total Ações (%)
		(%)		(%)		
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.678	0,1%	4.678	0,1%	9.356	0,1%
Outros	346.782	9,1%	374.587	10,2%	721.369	9,6%
Total em Circulação	3.791.630	99,3%	3.652.772	99,3%	7.444.402	99,3%
Ações em Tesouraria	27.065	0,7%	27.064	0,7%	54.128	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	346.782	9,1%	374.587	10,2%	721.369	9,6%

						Em Milhares de Ações 31/12/2022
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Ações	Total Ações (%)
		(%)		(%)		
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,5%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Notas Explicativas partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativo	11.559.070	4.671.501	22.502.858	24.340.579	24.761	25.737	34.086.689	29.037.817
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	4.146.404	(3.138.996)	284.038	1.034.184	-	-	4.430.442	(2.104.812)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	7.333.441	7.800.513	21.070.249	21.408.097	-	-	28.403.690	29.208.610
Empréstimos e adiantamentos a clientes	79.225	-	935.522	1.795.084	20.721	16.380	1.035.468	1.811.464
Outros ativos	-	9.984	213.049	103.214	-	-	213.049	113.198
Garantias e Limites	-	-	-	-	4.040	9.357	4.040	9.357
Passivo	(16.248.221)	(23.541.990)	(8.599.263)	(7.953.565)	(336.495)	(263.592)	(25.183.979)	(31.759.147)
Depósitos de instituições de crédito	(3.970.257)	(10.167.933)	(8.007.756)	(6.846.987)	-	-	(11.978.013)	(17.014.920)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(0)	-	(80.699)	(201.054)	(80.699)	(201.054)
Depósitos de clientes	-	-	(385.394)	(904.926)	(31.584)	(31.040)	(416.978)	(935.966)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(440)	-	-	-	-	-	(440)	-
Outras obrigações	(113.144)	(201.380)	(206.113)	(201.652)	(224.212)	(31.498)	(543.469)	(434.530)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(12.164.380)	(13.172.677)	-	-	-	-	(12.164.380)	(13.172.677)
	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Resultado	2.757.794	4.283.602	376.046	1.031.164	(344.244)	(404.126)	2.789.596	4.910.639
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	153.823	593	-	-	1.336	986	155.159	1.579
Garantias e Limites	-	-	-	-	9.171	12.642	9.171	12.642
Despesas com juros e similares	(6.949)	(38.049)	(138.548)	(163.047)	(355.161)	(417.936)	(500.658)	(619.032)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(79.225)	-	1.535.045	1.600.322	253	197	1.456.073	1.600.519

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	3.225.124	4.846.365	(755.816)	(159.744)	158	163	2.469.465	4.686.784
Despesas administrativas e amortização	(113.123)	(103.483)	(257.320)	(267.878)	-	-	(370.443)	(371.361)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	-	12.820	-	(178)	-	12.642
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(421.856)	(421.824)	-	-	-	-	(421.856)	(421.824)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(7.315)	8.691	-	-	(7.315)	8.691

- (1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
- (2) Empresas relacionadas na nota 5.
- (3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros**Notas Explicativas**

seguintes. Para a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

Notas Explicativas

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	30/06/2023 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	74.908.530	96.509.669	4.050.946	175.469.145
Instrumentos de dívida	72.180.061	3.859.187	2.658.023	78.697.271
Instrumentos de patrimônio	2.728.469	523.616	44.907	3.296.992
Derivativos	-	30.274.010	925.716	31.199.726
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.178.535	422.300	1.600.835
Reservas no Banco Central do Brasil	-	60.674.321	-	60.674.321
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	50.094.031	1.590.891	835.036	52.519.958
Instrumentos de dívida	50.089.928	1.586.276	819.868	52.496.072
Instrumentos de patrimônio	4.103	4.615	15.168	23.886
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	121.982	-	121.982
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	61.844.256	298.700	62.142.956
Derivativos	-	27.364.277	298.700	27.662.977
Posições vendidas	-	27.513.726	-	27.513.726
Outros Passivos Financeiros	-	6.966.253	-	6.966.253
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	1.620.000	-	1.620.000

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2022 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	63.367.187	78.496.001	3.652.114	145.515.302
Instrumentos de dívida	61.099.827	2.418.822	2.672.805	66.191.454
Instrumentos de patrimônio	2.267.360	309.657	28.262	2.605.279
Derivativos	-	19.697.923	536.583	20.234.506
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.479.818	414.464	1.894.282
Reservas no Banco Central do Brasil	-	54.589.781	-	54.589.781
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	52.154.497	1.767.733	1.503.441	55.425.671
Instrumentos de dívida	52.154.405	1.762.547	1.475.226	55.392.178
Instrumentos de patrimônio	92	5.186	28.215	33.493
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	1.741.318	-	1.741.318
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	49.434.504	233.762	49.668.266
Derivativos	-	18.465.563	233.762	18.699.325
Posições vendidas	-	22.047.423	-	22.047.423
Outros Passivos Financeiros	-	8.921.518	-	8.921.518
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	-	-	-

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 30 de junho de 2023 de 2022 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2022	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 30/06/2023
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.652.114	(306.139)	(104.769)	809.740	4.050.946
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.503.441	(21.433)	(637.021)	(9.951)	835.036
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	233.762	(557)	(110.163)	175.658	298.700

	Valor Justo 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 30/06/2022
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.432.233	631.408	(166.156)	200.048	4.097.533
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	601.604	278.432	-	-	880.036
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	433.583	(88.626)	(78.826)	(71.542)	194.589

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que

esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico.

Notas Explicativas

Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	30/06/2023
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto	20.697.113	20.697.113	20.697.113	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	28.823.598	28.823.690	-	4.680.088	24.143.602
Empréstimos e adiantamentos a clientes	497.705.744	495.921.815	-	-	495.921.815
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -					
Instrumentos de dívida	108.190.462	109.179.366	44.149.404	3.970.196	61.059.766
Reservas no Banco Central do Brasil	77.419.887	77.419.887	-	77.419.887	-
Total	732.836.804	732.041.871	64.846.517	86.070.171	581.125.183

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2022
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto	22.003.439	22.003.439	22.003.439	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	20.713.315	20.713.315	-	2.439.823	18.273.492
Empréstimos e adiantamentos a clientes	488.735.746	484.362.272	-	-	484.362.272
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -					
Instrumentos de dívida	81.329.013	81.129.982	23.419.946	9.873.633	47.836.403
Reservas no Banco Central do Brasil	73.046.299	73.046.299	-	73.046.299	-
Total	685.827.812	681.255.307	45.423.385	85.359.755	550.472.167

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

					30/06/2023
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	123.112.350	123.112.350	-	19.712.565	103.399.785
Depósitos de clientes	511.040.435	511.543.114	-	66.660.315	444.882.799
Obrigações por títulos e valores mobiliários	127.042.251	127.088.448	-	-	127.088.448
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.008.268	19.008.268	-	-	19.008.268
Outros passivos financeiros	71.662.652	71.662.652	-	-	71.662.652
Total	851.865.956	852.414.832	-	86.372.880	766.041.952

					31/12/2022
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	116.079.014	116.079.014	-	24.734.029	91.344.985
Depósitos de clientes	489.953.489	489.920.266	-	63.223.998	426.696.268
Obrigações por títulos e valores mobiliários	107.120.875	105.554.365	-	-	105.554.365
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.537.618	-	-	19.537.618

Outros passivos financeiros	62.593.104	62.593.104	-	-	62.593.104
Total	795.284.100	793.684.367	-	87.958.027	705.726.340

Notas Explicativas

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros – conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.c.2.1.i.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

18 - Outras Divulgações

Notas Explicativas

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	30/06/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	12.908.058	14.390.179	13.815.247	11.212.030
Prêmios de Opções a Exercer	1.584.569	1.946.563	1.419.279	1.894.522
Contratos a Termo e Outros	16.829.081	12.946.235	6.741.298	5.592.773
Total	31.321.708	29.282.977	21.975.824	18.699.325

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2023			31/12/2022		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	666.416.193	(7.324.461)	(1.482.120)	779.023.280	(3.682.261)	2.603.217
Ativo	328.418.084	8.099.809	12.908.059	393.351.898	11.857.946	13.815.247
Juros	291.984.697	7.134.641	12.206.734	272.642.004	10.420.491	9.985.823
Moeda Estrangeira	25.742.188	891.366	373.026	116.577.474	1.292.203	4.764.609
Outros	10.691.199	73.802	328.298	4.132.420	145.252	(935.185)
Passivo	337.998.109	(15.424.270)	(14.390.179)	385.671.382	(15.540.207)	(11.212.030)
Juros	299.004.885	(11.899.266)	(12.701.200)	290.316.480	(12.735.256)	(8.798.667)
Moeda Estrangeira	28.284.768	(3.433.945)	(1.566.773)	91.303.383	(2.804.302)	(3.494.263)
Outros	10.708.456	(91.059)	(122.206)	4.051.519	(649)	1.080.900
Opções	844.107.667	(1.005.763)	(361.995)	1.150.540.616	(877.100)	(475.243)
Compromissos de Compra	413.408.702	2.163.170	1.584.569	600.275.162	2.243.354	1.419.279
Opções de Compra Moeda Estrangeira	16.493.363	863.100	491.455	10.629.479	440.097	214.722

Notas Explicativas	Moeda Estrangeira	12.365.810	675.273	534.292	4.474.015	122.896	124.163
Opções de Compra Outras		43.121.571	224.698	482.400	94.414.288	674.574	577.487
Mercado Interfinanceiro		3.982.116	202.243	482.215	92.324.275	608.913	555.707
Outras (2)		39.139.455	22.455	185	2.090.013	65.661	21.780
Opções de Venda Outras		341.427.958	400.099	76.422	490.757.380	1.005.787	502.907
Mercado Interfinanceiro		235.600	34.241	26.155	490.535.950	980.433	480.682
Outras (2)		341.192.358	365.858	50.267	221.430	25.354	22.225
Compromissos de Venda		430.698.965	(3.168.933)	(1.946.563)	550.265.454	(3.120.454)	(1.894.522)
Opções de Compra Moeda Estrangeira		24.765.549	(1.300.708)	(458.128)	6.763.742	(292.212)	(165.919)
Opções de Venda Moeda Estrangeira		17.036.300	(733.825)	(937.332)	8.885.700	(409.758)	(508.584)
Opções de Compra Outras		47.651.174	(768.051)	(424.788)	42.840.737	(1.590.130)	(821.508)
Mercado Interfinanceiro		7.428.751	(741.484)	(423.321)	33.377.728	(575.451)	(349.710)
Outras (2)		40.222.423	(26.567)	(1.467)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)
Opções de Venda Outras		341.245.942	(366.349)	(126.315)	491.775.275	(828.354)	(398.511)
Mercado Interfinanceiro		140.927	(12.834)	(75.496)	491.596.383	(804.467)	(378.608)
Outras (2)		341.105.015	(353.515)	(50.819)	178.892	(23.887)	(19.903)
Contratos de Futuros		435.631.152	-	-	278.348.786	-	-
Posição Comprada		216.527.421	-	-	254.505.429	-	-
Cupom Cambial (DDI)		72.474.220	-	-	77.727.137	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)		52.262.807	-	-	148.713.860	-	-
Moeda Estrangeira		74.592.066	-	-	27.444.003	-	-
Índice (3)		7.769.559	-	-	482.394	-	-
Treasury Bonds/Notes		9.428.769	-	-	138.035	-	-
Posição Vendida		219.103.731	-	-	23.843.357	-	-
Cupom Cambial (DDI)		72.474.220	-	-	17.259.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)		57.058.176	-	-	3.337.596	-	-
Moeda Estrangeira		74.628.570	-	-	1.327.928	-	-
Índice (3)		5.513.996	-	-	1.787.973	-	-
Treasury Bonds/Notes		9.428.769	-	-	129.924	-	-
Contratos a Termo e Outros		250.482.871	2.707.671	3.882.846	152.669.932	1.394.796	1.148.525
Compromissos de Compra		128.992.956	5.847.922	16.829.081	93.143.116	2.292.188	6.741.298
Moedas		107.754.726	5.534.028	14.965.160	72.849.455	1.938.956	6.426.685
Outros		21.238.230	313.894	1.863.921	20.293.661	353.232	314.613
Compromissos de Venda		121.489.915	(3.140.251)	(12.946.235)	59.526.816	(897.392)	(5.592.773)
Moedas		104.776.977	(2.556.279)	(11.802.499)	53.574.925	(847.425)	(6.490.282)
Outros		16.712.938	(583.972)	(1.143.736)	5.951.891	(49.967)	897.509

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.
(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

Notas Explicativas

Ativos e Passivos Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

									Valor Referencial	
									Mercado de Negociação	
									30/06/2023	
				Contraparte						
				30/06/2023	31/12/2022					
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	162.916.356	203.751.888	299.747.949	666.416.193	393.351.898	49.630.292	169.341.640	447.444.261	85.881.546	580.534.647
Opções	39.906.409	2.723.609	801.477.649	844.107.667	1.150.540.616	316.923.188	475.213.965	51.970.514	771.473.727	72.633.940
Contratos de Futuros	9.620.226	-	426.010.926	435.631.152	278.348.786	240.413.267	86.386.157	108.831.728	435.631.152	-
Contratos a Termo e Outros	93.505.173	111.833.881	45.143.817	250.482.871	152.669.932	99.510.915	97.251.408	53.720.548	18.143.458	232.339.413

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

O Banco no curso normal de suas operações, fica exposto à riscos de mercado que geram assimetrias contábeis ou volatilidade em seu resultado contábil. Para eliminar essas assimetrias ou reduzir a volatilidade, o Banco utiliza contratos de instrumentos financeiros derivativos (Swap e Futuros) e que são designados a estruturas de Hedge Contábil de valor justo ou de fluxo de caixa.

IV.I) Hedge de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco tem o objetivo de proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes de oscilação na taxa de juros referencial (CDI, SELIC, SOFR); na oscilação de moedas (Risco Cambial) e/ou na oscilação de índice de preços (IPCA, etc). O Banco acompanha cada estrutura de hedge avaliando sua eficácia conforme determina o IAS 39.

30/06/2023						
Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Curva	
Hedge de Valor Justo	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Contratos de Swap	24.651	50.729	346.520	397.249	321.869	346.520
Hedge de Operações de Crédito	24.651	50.729	346.520	397.249	321.869	346.520
Contratos de Futuros	1.798.714	175.466	34.353.228	31.412.119	32.554.514	31.236.653
Hedge de Operações de Crédito	(667.533)	271.227	11.891.759	10.361.578	12.559.292	10.090.351
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	419.210	(260.378)	10.367.472	10.012.044	9.948.262	10.272.422
Hedge de Captações	2.047.037	164.617	12.093.997	11.038.497	10.046.960	10.873.880

Notas Explicativas

Estratégias	31/12/2022					
	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Curva	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Valor Justo						
Contratos de Swap	(24.687)	48.140	436.812	485.842	461.499	437.702
Hedge de Operações de Crédito	(24.687)	48.140	436.812	485.842	461.499	437.702
Contratos de Futuros	1.729.350	3.862.299	77.682.587	78.919.900	75.953.237	75.057.601
Hedge de Operações de Crédito	3.067.594	686.249	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(609.013)	-	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751
Hedge de Captações	(729.231)	3.176.050	60.906.152	62.810.398	61.635.383	59.634.348

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

Estratégias	30/06/2023			31/12/2022	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Valor Justo					
Contratos de Swap	-	-	346.520	346.520	437.702
Hedge de Operações de Crédito	-	-	346.520	346.520	437.702
Contratos de Futuros	1.343.572	5.048.031	24.845.050	31.236.653	75.057.601
Hedge de Operações de Crédito	1.343.572	2.694.576	6.052.204	10.090.352	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	240.486	10.031.935	10.272.421	3.971.751
Hedge de Captações	-	2.112.969	8.760.911	10.873.880	59.634.348

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes – hedges de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram , quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro.

Estrutura de Hedge	30/06/2023	31/12/2022
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Efetiva Acumulada
Cash Flow Hedge		
Trade Finance Off	(13.244)	(72.624)
CDB	(487.073)	(984.396)
Títulos Públicos (LFT)	(61.301)	(536.935)
Total	(561.618)	(1.593.955)

Notas Explicativas

30/06/2023						
Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Curva	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Swap	(488.480)	232.009	11.917.772	10.491.509	12.406.252	10.259.500
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(488.480)	232.009	11.917.772	10.491.509	12.406.252	10.259.500
Contratos de Futuros	(2.980.326)	516.841	9.049.479	11.007.814	12.029.805	10.490.973
Hedge de Operações de Crédito	(840.076)	13.244	1.817.193	2.323.056	2.657.269	2.309.812
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(2.237.889)	442.296	6.732.245	8.194.936	8.970.134	7.752.640
Hedge de Captações	97.639	61.301	500.041	489.822	402.402	428.521

31/12/2022						
Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Curva	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Swap	362.134	576.744	14.172.916	14.193.938	13.810.782	13.617.194
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	362.134	576.744	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Hedge de Captações	-	-	5.403.474	4.759.805	5.403.474	4.759.805
Contratos de Futuros	2.249.019	(173.044)	36.410.187	33.587.085	34.161.168	33.760.130
Hedge de Operações de Crédito	2.647.973	54.882	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.550.209	(228.270)	11.518.806	8.041.167	9.968.597	8.269.437
Hedge de Captações	(1.949.163)	344	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

			30/06/2023	31/12/2022	
Estratégias			Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
				Total	Total
Hedge de Fluxo de Caixa					
Contratos de Swap			-	-	10.259.500
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários			-	-	10.259.500
Contratos de Futuros			-	-	10.490.973
Hedge de Operações de Crédito			-	-	2.309.812
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários			-	-	7.752.640
Hedge de Captações			-	-	428.521

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$ 41.339 (31/12/2022 - R\$164.383) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$ 41.001 serão realizados contra receita nos próximos dez meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

Notas Explicativas

O Banco utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	30/06/2023		Valor Nominal 31/12/2022	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.440.835	7.574.782	3.725.358	7.831.108
Total	3.440.835	7.574.782	3.725.358	7.831.108

Durante o semestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/06/2023		31/12/2022	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	11.015.617	11.015.617	11.556.466	11.556.466
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	11.015.617	11.015.617	11.556.466	11.556.466
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	11.015.617	11.015.617	11.556.466	11.556.466

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/06/2023	31/12/2022
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.406.405	18.269.122
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.594.286	3.291.246
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.107.301	10.904.676
Total	28.107.992	32.465.044

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade**Notas Explicativas**

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2023.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(4.451)	(123.313)	(246.625)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(109)	(1.484)	(2.968)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(15.148)	(125.039)	(250.079)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(8.271)	(96.106)	(192.211)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(419)	(5.083)	(10.167)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(858)	(21.443)	(42.885)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(3.931)	(45.890)	(91.779)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.454)	(36.348)	(72.696)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(13)	(315)	(629)
Total (1)		(34.652)	(455.020)	(910.040)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de + 25% e - 25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de + 50% e - 50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(47.454)	(1.697.391)	(3.880.403)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(26.246)	(568.147)	(999.528)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(36.844)	(544.177)	(1.001.766)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(10.178)	(113.205)	(218.708)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.328)	(19.892)	(39.938)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(30.613)	(380.592)	(783.823)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(298)	(7.444)	(14.888)
Total (1)		(152.960)	(3.330.848)	(6.939.053)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de + 25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Notas Explicativas

Cenário 3: choque de + 50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Conglomerado Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos, atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Conglomerado Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/06/2023	31/12/2022
Fundos sob gestão	12.088.729	18.934.221
Fundos administrados	270.768.586	275.279.164
Total	282.857.315	294.213.385

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$ 47.363.265 e R\$ 48.918.436 respectivamente.

19. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 13 de julho de 2023, foi apresentada aos Conselheiros a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas até o dia 30 de abril de 2024, respectivamente, para a declaração e o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia com base no resultado do trimestre encerrado em 30 de junho de 2023, no montante bruto de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Os juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023.

b) Joint venture entre, de um lado, Banco Santander e, do outro lado, Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 24 de julho de 2023, o Banco Santander celebrou, em conjunto com Sodexo Pass International ("SPI") e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda. ("SPDBI" e, em conjunto com a SPI, "Grupo Sodexo"), determinado acordo de joint venture para a exploração do negócio de marketing e venda de produtos de pagamento de incentivos e benefícios exclusivamente do Grupo Sodexo, no Brasil, através do canal de distribuição do Banco Santander ("Joint Venture"). A Joint Venture será efetivada por meio da contribuição (i) da Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamento S.A. ("Ben"), sua companhia controlada que atua no segmento de benefícios, e (ii) de uma exclusividade por 25 anos de direitos de uso do canal de distribuição do Banco Santander pela Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. ("Sodexo Brasil"), atualmente detida integralmente pelo Grupo Sodexo. Como resultado da operação, a Sodexo Brasil será o veículo da Joint Venture, na qual o Banco Santander e o Grupo Sodexo deterão inicialmente participações de 20% e 80%, respectivamente.

A efetivação da operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais para transações desta natureza, incluindo a obtenção de autorizações regulatórias pertinentes, tais como CADE e Banco Central do Brasil.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (Individuais)

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias consolidadas

A Administração preparou um conjunto separado de informações contábeis intermediárias consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, que está apresentado como parte integrante das Informações Trimestrais, sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificação, datado de 26 de julho de 2023.

São Paulo, 26 de julho de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (Consolidadas)

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias individuais

A administração do Banco preparou um conjunto separado de informações contábeis intermediárias individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que está apresentado como parte integrante das Informações Trimestrais, sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificação, datado de 26 de julho de 2023.

São Paulo, 26 de julho de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA (BRGAAP)
30 DE JUNHO DE 2023

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril 2022. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no primeiro semestre de 2023.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no primeiro semestre encerrado em 30 de junho de 2023 em padrão BRGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela controladoria e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2023, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) à recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do Relatório da Auditoria Interna referente ao ano de 2022 e do Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2023; (ii) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (iii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iv) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2023. Nessas reuniões tiveram destaque: discussão do plano de trabalho para 2023, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2023, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/1.999. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2023, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas ESG; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 30 de junho de 2023, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 25 de julho de 2023.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeiro

René Luiz Grande

Vania Maria da Costa Borgerth

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA (IFRS) 30 DE JUNHO DE 2023

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em atendimento à U.S. Securities and Exchange Commission – SEC, o Comitê de Auditoria desempenha a função de Audit Committee do Santander, em conformidade com o disposto no Sarbanes-Oxley Act.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizadas em 29 de abril 2022. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no primeiro semestre de 2023.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e, por ser listada na

NYSE, das normas emitidas pela SEC e Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do primeiro semestre de 2023 do Santander, no padrão IFRS.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos, inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2023, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) à recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do Relatório da Auditoria Interna referente ao ano de 2022 e do Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2023; (ii) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (iii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iv) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2023. Nessas reuniões tiveram destaque: discussão do plano de trabalho para 2023, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2023, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN nº 2.682/1999. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2023, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas ESG; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD..

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 30 de junho de 2023, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 25 de julho de 2023.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeiro

René Luiz Grande

Vania Maria da Costa Borgerth

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo 30 de junho de 2023, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2023:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Jean Pierre Dupui

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Ana Paula Neves Granieri Domenici

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Flávia Davoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo de Souza Fosse

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Paulo Fernando Alves Lima

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licario Rocha
Tiago Celso Abate
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo 30 de junho de 2023, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2023:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Jean Pierre Dupui

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Ana Paula Neves Granieri Domenici

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Flávia Davoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo de Souza Fosse

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Paulo Fernando Alves Lima

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licario Rocha
Tiago Celso Abate
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki